

AS EXPRESSÕES DE TRATAMENTO DA LÍNGUA JAPONESA NO BRASIL: USO E PROCESSO DE ACULTURAÇÃO

Tae Suzuki

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A língua ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque dentro do processo de comunicação humana. Concebida como um sistema de significação, é por meio dela que o homem transmite informações, se comunica com as pessoas e com o mundo em que se insere, num intercâmbio constante de experiências. Ela é, entretanto, também um instrumento para interpretar o mundo, para formular a visão do mundo, num processo dinâmico de semiose que, em constante tensão dialética conservação/mudança, ligada à tensão dialética do discurso que redundando no sistema/discurso, cria novos significados que traduzem a visão de mundo da comunicação sócio-cultural de seus usuários (Cf. Pais, 1984, pp. 11-19).

A dependência significante/significado se instaura num processo dinâmico de semiose numa oposição signo/signo no discurso, pelo qual elaboramos o mundo, produzindo a significação. Parte desta significação é recuperada pelo sistema e parte é remetida a novos discursos, retomando o processo de produção semiótica numa cadeia constante de produção e reelaboração de significações. A língua não é um fenômeno isolado, mas um complexo de dimensões sócio-culturais que, em permanente interação com o meio, é o instrumento de construção e de veículo da visão de mundo de seus usuários, à medida que constrói sua cultura, sua ideologia, seu *modus pensandi*, seu *modus vivendi* (Pais, 1984, pp. 83-102).

Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe um estudo das relações língua/meio, meio/indivíduo, indivíduo/língua, através de uma reflexão sobre o uso das expressões de tratamento da língua japonesa por descendentes japoneses nascidos no Brasil, em contraste com seu uso no país de origem.

Definindo, preliminarmente, o tratamento como a forma pela qual seu usuário estabelece o distanciamento social ou psicológico que o separa das pessoas num ato de comunicação, constituem linguagem de tratamento *lato sensu* atos como um aperto de mão, um tapinha nas costas, uma mesura, gestos de aquiescência ou de contrariedades. Quando o distanciamento sócio-psicológico inter-individual é marcado lingüisticamente, temos as expressões de tratamento que, em maior

ou menor grau, existem na maioria das línguas: são as diferentes formas de emprego pronominal (como *tu* e *vous* do francês, *Die* e *Sie* do alemão, *você, sr., sra., V.Sa.* do português etc.), algumas construções perifrásticas (*queira nos comunicar* em lugar de *comunique*), determinadas formas verbais (o futuro do pretérito do português).

A relação que as expressões de tratamento contraem com seu usuário remete à noção da dimensão pragmática de semiose levantada por Ch. Morris. O signo pode estabelecer relações com o objeto referido, com outros signos e com o usuário, que Morris denomina, respectivamente, dimensão semântica, dimensão sintática e dimensão pragmática de semiose. O signo lingüístico se define pela relação signo-referente ou signo-objeto denotado, bem como pela relação com outros signos na mensagem, ou seja, pela relação signo-contexto, e, pela relação com a situação de uso que implica aquele que produz a mensagem (emissor), aquele que a recebe e decodifica (receptor) e as condições espaço-temporais do ato de comunicação (Morris, 1976, pp. 17-26).

Na mesma perspectiva, K. Bühler distingue ação verbal e ato verbal (plano subjetivo ou individual da língua) em oposição à fala e produto lingüístico (plano inter-subjetivo ou inter-individual da língua). Ação verbal é, no plano subjetivo, a própria ação de falar considerada no seu momento de produção, uma *praxis* dirigida a um fim que estabelece a relação do signo com a situação de uso ou, como quer Morris, a dimensão pragmática de semiose. Ato verbal é a atribuição de significação a um meio lingüístico, a relação que se estabelece entre signo-universo de experiências, entre signo-referente ou, ainda com Morris, dimensões semântica e sintática de semiose (Bühler, 1979, pp. 68-88).

A relação que o signo contrai com o objeto denotado ocupou, por muito tempo, lugar de destaque nas considerações de filósofos e lingüistas, mas, embora essencial, pois sem um nexos com o referente não há significação, outras relações surgem no processo comunicativo. A língua não é apenas um instrumento, ela própria é uma atividade, uma ação inerente ao ato lingüístico.

J. L. Austin apontou com muita precisão esse aspecto ao classificar os atos de fala em locutórios, ilocutórios e perlocutórios. Todo enunciado é uma locução, pois sempre se diz algo, articulando sons conforme regras fonológicas (aspecto fonético) que formam vocábulos ou termos obedecendo a uma sintaxe (aspecto fático), para expressar uma significação (aspecto rético). Ilocutório é o enunciado (portanto, ato locutório) que implica realizar uma ação ao dizer alguma coisa; a enunciação, ela própria, traduz uma ação do locutor, como quando se diz "eu aconselho a" e se está, efetivamente, dando um conselho. O mesmo "eu aconselho a" pode ser um enunciado perlocutório, isto é, um ato de fala que produz um efeito no interlocutor *pelo* fato de dizê-lo, como quando, com tais palavras, se des-

perta naquele que ouve um receio ou medo porque implicam, por exemplo, “ir falar com o pai que está aborrecido com ele”. Os enunciados ilocutórios e perlocutórios constituem aquilo que Austin denominou “performativos”, ou seja, enunciados que *realizam* uma ação do seu locutor, em oposição aos constativos — enunciados que simplesmente descrevem, constataam ou se referem a alguma coisa, sem nada *fazer* (Austin, 1970, pp. 36-45, 107-118).

J. Searle se coloca na mesma perspectiva que Austin quanto à existência de uma força performativa nos enunciados, que denomina “atos de linguagem”. Mas nega a existência de atos locutórios como os concebe Austin, pois estes não passam de uma abstração, uma vez que todo enunciado só o é num ato de discurso. A atribuição de uma significação (ato rético) só é possível num contexto de enunciação, onde implica a intencionalidade do locutor, expressa ou velada. Para Searle, “*toute communication de nature linguistique implique des actes de nature linguistique. L’unité de communication linguistique est (...) la production ou l’émission du symbole, du mot, ou de la phrase au moment ou se réalise l’acte de langage*” (Searle, 1972, p. 52).

A língua é, para o autor, forma de comportamento, é um ato que serve de instrumento para a comunicação. O homem comunica enunciando palavras (ato de enunciação) pelas quais se refere a algo e predica (ato proposicional), praticando um ato lingüístico como afirmar, negar, perguntar, ordenar, prometer etc. (ato ilocutório). Ato ilocutório é, portanto, um ato primário e precípua do ato lingüístico, unidade mínima da comunicação lingüística (*Ib.*, pp. 47-63).

O aspecto pragmático da língua é também levantado por Émile Benveniste (1974, pp. 216-229), que distingue dois domínios de significância na língua: o semiótico e o semântico. O primeiro está ligado à estrutura do signo lingüístico e resulta da rede de relações e de oposições que o signo contrai com certos signos no interior da língua. O significado semiótico é identificado no seio e no uso da própria língua, independe do referente objetivo, é pura forma. Se temos na semiótica a língua enquanto estrutura, na semântica, temos a língua como função mediadora entre os homens, entre o homem e o mundo. O significado semântico se define no mundo da enunciação e, com ele, passa-se do relativamente estático ao essencialmente dinâmico, ao uso que o homem faz da língua numa situação de discurso. “*Le sémiotique se caractérise comme une propriété de la langue, le sémantique résulte d’une activité du locuteur qui met en action la langue*” (*Ib.*, p. 225). Busca-se, não mais o signo como unidade de sentido, mas a frase como totalidade de sentido, inserida numa situação de discurso onde implicam atitudes do locutor.

Consideradas dentro da visão pragmática do signo, as expressões de tratamento constituem, assim, um ato de fala pelo qual o locutor expressa uma consideração qualquer pelas pessoas inseridas no dis-

curso, na e pela situação de discurso. Nesse sentido, o tratamento é um ato preeminentemente ilocutório que concretiza na língua, a distância ou a proximidade entre as pessoas do discurso, embora não se possa ignorar sua força perlocutória, na medida em que seu uso se presta a produzir efeitos no interlocutor em determinadas circunstâncias e sob determinadas condições.

No entanto, as expressões de tratamento contraem, ainda, um forte vínculo com o meio de sua produção, carregando no seu bojo valores sócio-culturais próprios, resultando num complexo de relações entre indivíduo e meio, entre meio e visão de mundo, entre indivíduo e recorte da realidade. Fatores vários, de ordem social e/ou psicológica, concorrem para o uso do tratamento. Nós nos relacionamos diferentemente com pessoas a quem amamos ou odiamos, com alguém a quem devemos ou prestamos favores, a quem tememos ou protegemos; difere também o tipo de relacionamento se se trata de uma criança ou de um adulto, de um subalterno ou de um superior, de velhos amigos ou de simples conhecidos, apenas para citar alguns exemplos.

O tratamento implica uma série de fatores ditados, uns, por circunstâncias momentâneas inerentes a cada situação, outros, por regras ou convenções mais ou menos definidas pela *praxis* social. O fator contextual é essencial no tratamento, não se pode concebê-lo fora do meio de sua realização. A íntima relação entre tratamento e o meio de sua produção faz com que as expressões de tratamento saltem do campo puramente lingüístico para o sociolingüístico. Elas implicam quem fala, a quem e sob que condições se fala, remetendo às três dimensões fundamentais da Sociolingüística levantadas por Bright: a identidade social do emissor, a do receptor e o contexto de situação (Bright, pp. 18-19).

Dentro dessa perspectiva, propusemo-nos a realizar um estudo das expressões de tratamento da língua japonesa que nos permitisse inferir alguns dados sobre a inter-relação entre língua e seu meio de produção. Com o propósito de refletir sobre as correlações do comportamento do tratamento japonês com as variáveis contextuais e as condições de seu uso, tomamos como base os dados levantados junto a descendentes bilingües de imigrantes japoneses da Grande São Paulo, dados esses que foram analisados em contraste com os resultados obtidos por um levantamento similar realizado no Japão. Sob a premissa de que os descendentes no Brasil, tendo herdado valores de uma cultura, vivenciam valores e visões de mundo de uma outra cultura, pretendemos analisar em que medida as variáveis sócio-culturais que implicam o uso do tratamento entre os japoneses diferem entre seus descendentes em meio diferente, levando-se em conta alguns fenômenos gerados pelo bilingüismo, como interferências lingüísticas e culturais, o processo de aculturação.

Para a análise do tratamento japonês utilizado pelos descendentes do Brasil, colhemos os dados junto a 266 funcionários de uma em-

presa ligada à colônia japonesa e sediada em São Paulo. A opção pelos descendentes, e não pelos próprios imigrantes japoneses, se deve ao fato daqueles configurarem uma população com maior experiência de culturas em contato, pois, em princípio, estão mais afeitos à aquisição e à assimilação dos valores passados pelos pais na infância, para se sujeitarem com maior intensidade a influências do meio brasileiro, à medida que crescem e passam a dele participar.

Cientes da possibilidade de alguns vícios que poderia apresentar uma amostra obtida com funcionários de uma empresa, optamos, entretanto, por tal alternativa em razão das dificuldades, ou até da impossibilidade de se obter uma amostra aleatória de toda a população de descendentes no Brasil, uma vez que nenhum órgão de administração pública mantém um cadastro desses habitantes que nos permitisse chegar à amostra pretendida. O limite de recursos não nos possibilitou levantar toda a população japonesa do Brasil, de forma que, a fim de minimizar as falhas possíveis, optamos por uma empresa que, por um lado, nos oferecesse uma gama diversificada de informantes em termos de variáveis sócio-culturais e, por outro, que não fosse uma empresa multi-nacional de capital japonês, com padrões de conduta ou de hierarquia interna (que se relacionam com o tratamento) japoneses.

Considerando-se que a história da imigração japonesa ao Brasil começou com o trabalho rural, a escolha recaiu sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) por ser uma empresa criada pelos imigrantes japoneses para atender, inicialmente, às necessidades da colônia (eminentemente agrícola à época), com modelo administrativo próprio e atividades diretamente ligadas à agricultura, com um quadro elevado de funcionários de ascendência japonesa que vão desde técnicos especializados até agricultores.

O perfil sócio-cultural dos informantes foi traçado a partir de dados coletados por questionários previamente distribuídos entre os prováveis informantes cadastrados pela CAC como falantes da língua japonesa. Recolhidos e conferidos os questionários, os dados foram complementados ou corrigidos, quando necessários, por ocasião da entrevista individual pela qual colhemos o material lingüístico de nossos estudos. Esse material, gravado em fitas magnéticas e posteriormente transcrito em fichas, consistia de 9 situações de discurso em que foram previstas as variáveis relevantes do tratamento como sexo, idade, nível sócio-econômico-cultural, grau de escolaridade, intimidade, com quem e de quem se fala.

Tabulados e analisados os dados, qualitativa e quantitativamente, traçamos o perfil sócio-cultural e o lingüístico dos informantes para, a partir de uma correlação entre eles, tentar atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, ou seja, verificar se há um processo de aculturação lingüística dos descendentes bilingües com ou sem diglossia e, se houver, como se operam as interferências lingüísticas e culturais que podem levar a reformulações da visão de mundo.

O presente artigo tratará apenas desta parte da pesquisa que, juntamente com uma análise do microssistema do tratamento da língua japonesa (seu mecanismo de uso, suas variáveis lingüísticas e extra-lingüísticas, sua evolução histórica), bem como uma revisão dos principais teóricos que trataram do assunto, fez parte da tese de doutorado apresentada em 1985, junto à área de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

2. ELABORAÇÃO DO CORPUS

Após algumas tentativas frustradas em razão da divergência da política migratória adotada pelo Brasil e pelo Japão, um tratado de comércio e navegação é firmado entre os dois países nos fins do século passado, abrindo perspectivas para o início da imigração japonesa ao Brasil. Mas a crise cafeeira superveniente impede sua realização, adiando-a para 1908, quando aporta em Santos a primeira leva de imigrantes japoneses que se distribuíram pelas fazendas de café do interior paulista (Cf. Suzuki, 1969, p. 16; Nogueira, 1984, pp. 79-94).

Imbuídos do sonho dourado de fazer fortuna em pouco tempo para voltar à "terrinha", e, apesar da freqüente mobilidade geográfica em busca de novas oportunidades, os imigrantes viram uma realidade bastante diversa daquele que havia sido dada pela propaganda imigratória. Aqui foram se estabelecendo na zona rural, a princípio, espalhando-se pelas zonas urbanas à medida que aumentava o raio de sua mobilidade ocupacional, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de condições de vida.

Frente à possibilidade de retorno ao país de origem, os imigrantes não sentiram, no início, necessidade de aprender a língua portuguesa, tão diversa da língua pátria. Mesmo depois que essa possibilidade se tornara mais remota e se viram obrigados a permanecerem no Brasil, a dificuldade em dominar a língua portuguesa levou os imigrantes a continuarem a utilizar o japonês, principalmente no núcleo familiar e entre si, dentro de suas comunidades. O português foi adquirido à medida que atendiam a suas necessidades de contato com o meio, de forma lenta e gradual, mesmo porque no início, os primeiros imigrantes contavam com intérpretes contratados pelas companhias de imigração e pelas fazendas de café para onde foram encaminhados em sua quase totalidade. O português passou a ter uma penetração maior na vida dos imigrantes à medida que aumentava o êxodo rural e à medida que as crianças trazidas do Japão atingiam a idade escolar ou aumentava o número de filhos nascidos no Brasil. No lar ou entre si, predominava o uso da língua japonesa que, com o passar do tempo, passou a sofrer interferências do meio e da língua deste meio, provocando inclusive o surgimento de uma *língua geral* em consequência da convivência de vários dialetos dentro da colônia (Cf. Suzuki, 1969, pp. 131-136; Handa, 1973, pp. 487-509).

Propomo-nos a verificar um dos aspectos dessa nova "língua japonesa" surgida no seio da colônia japonesa no Brasil, qual seja,

a linguagem de tratamento, com vistas a diferenças com a do seu país de origem, se é que o há, numa tentativa de buscar as interferências sociais do tratamento. Julgamos que as influências do meio são maiores sobre os descendentes do que sobre o imigrante, razão pela qual realizamos uma pesquisa de campo junto a descendentes japoneses do Brasil falantes da língua japonesa, cujos dados serão analisados em contraste com os resultados obtidos por outras realizadas no Japão que buscavam analisar, entre outros pontos, as relações entre língua e meio, através do uso do tratamento.

2.1. PESQUISAS REALIZADAS NO JAPÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Lingüísticas (*Kokuritsu Kokugo Kenkyūjo*, doravante citado como K.K.K.) realizou uma série de cinco pesquisas sobre o tratamento japonês (1952, 1953 e 1972) que, no seu conjunto, apresentam a metodologia e os resultados que melhor se ajustam aos nossos objetivos. São elas:

1. Pesquisa I — primeira pesquisa específica do tratamento, realizada em Ueno (Província de Mie) em 1952, compõe-se das seguintes partes:
 - a) levantamento do perfil social dos informantes por meio de questionários contendo dados sobre idade, sexo, escolaridade, ocupação, locais de residência, contato com as comunicações de massa etc., distribuídos a uma amostra aleatória de 1.000 pessoas da população local, dos quais 897 foram preenchidos e recolhidos;
 - b) levantamento do desempenho lingüístico por entrevistas individuais a uma amostra aleatória de 250 pessoas (dentre as 897 acima citadas), realizadas por cinco pesquisadores seguindo um modelo único de situações de fala, previamente elaborado. Seu objetivo principal era verificar o desempenho real do tratamento.
 - c) pesquisa sobre a concepção do tratamento — se o levantamento b tinha como objetivo verificar a concepção do tratamento pelo usuário enquanto locutor, esta ocupou-se em analisar a concepção do tratamento pelo receptor do discurso. Uma amostra de 150 pessoas foi constituída de 100 pessoas escolhidas numa proporção igual de sexo e idade, dentre as 250 que concederam entrevistas (levantamento b), mais 50 escolhidas dentre as 647 pessoas que só responderam ao questionário (levantamento a). Desse total, apenas 80 pessoas (54,1%) puderam ser reunidas num único local para classificar as falas gravadas de acordo com uma série de situações apresentadas em *slides*, segundo: 1. a conveniência da forma lingüística à situação; 2. qual a forma que gostaria que lhe fosse dirigida e 3. qual a forma que julgaria mais correta ou mais polida.

- d) pesquisa sobre as variáveis contextuais do tratamento — na medida em que a artificialidade das situações apresentadas no levantamento **b** peca por não permitir uma real avaliação das variáveis contextuais, atribuiu-se um tema que comportava as variáveis *idade*, *hierarquia social* e *intimidade* a 11 grupos de duas pessoas cada, permitindo-lhes diálogos livres que foram gravados para uma posterior análise.
 - e) gravação de situações reais do meio — a fim de diminuir cada vez mais a “artificialidade” das situações, foram instalados gravadores em pontos variados da cidade (correio, loja de modas, fábricas, Câmara Municipal etc.) para coletar o tratamento nas situações aproximadas daquelas que foram apresentadas na entrevista individual. Com a mesma finalidade, foram também gravados todos os desempenhos lingüísticos de um dia de vida de um habitante local nos seus contatos com familiares, vizinhos, vendedores etc.
 - f) avaliação do grau de tratamento das formas lingüísticas — 37 voluntários recrutados *in loco* avaliaram uma série de formas lingüísticas de tratamento previamente elaboradas, estabelecendo uma gradação do tratamento segundo sua concepção pessoal, cujos resultados serviram de subsídio aos lingüistas-pesquisadores para atingir com maior objetividade os propósitos da pesquisa no seu todo, quantificando o grau de tratamento.
2. Pesquisa II — pesquisa complementar à anterior, realizada em Okazaki (Província de Aichi) em 1953, segue o mesmo processo, diferindo nos seguintes pontos:
- a) o perfil social dos informantes foi traçado por uma amostra de 800 pessoas;
 - b) o desempenho lingüístico foi levantado entre 450 pessoas, por um grupo formado por 6 especialistas e outro de 9 estudantes da Universidade Gakugei de Aichi, pesquisando, respectivamente, 250 e 200 pessoas, com o propósito de verificar se há diferenças nos resultados em análises feitas por pessoas treinadas ou não.
 - c) aplicada às 450 pessoas, a pesquisa sobre a concepção do tratamento pelo receptor do discurso orientou-se pela avaliação das formas de tratamento consideradas incorretas ou inapropriadas, ao contrário da anterior, que se guiou pela indicação das formas consideradas corretas.
 - d) além dos fatores levantados em Ueno, acrescentou-se o fator *sexo* às variáveis contextuais que foram analisadas nos diálogos trocados por 20 grupos de 2 pessoas cada.
 - e) além da gravação *in loco* em vários pontos da cidade, numa tentativa de se conseguir um contexto de situação

idêntico, ou ao menos similar, daquele apresentado no levantamento **b** (por exemplo, pedir formulário para telegramas no correio), um pesquisador se postou em lugares apropriados para colher dados mais espontâneos, atentando a algumas variáveis como sexo e faixa etária. Mas a exigüidade dos resultados obtidos levou-os a selecionar 12 pessoas de acordo com diferentes variáveis sociais, solicitando-lhes uma encenação das situações nos respectivos locais.

- f) a avaliação dos graus de tratamento foi feita por especialistas, a partir das formas surgidas nas falas do levantamento **b**.
3. Pesquisas III e IV — pesquisadores regionais, em geral professores universitários ligados a K.K.K., realizaram duas pesquisas por todo o território japonês, focalizando essencialmente as diferenças regionais do tratamento. A primeira, realizada em 1952 (Pesquisa III), abrangeu 329 cidades, totalizando 685 informantes, atentando para as formas de tratamento da 1ª e 2ª pessoas, dos termos de parentesco, das formas de cumprimento em discursos a interlocutores que variavam conforme diferentes graus de intimidade, hierarquia social, idade. A segunda foi realizada em 1953 (Pesquisa IV), em 47 cidades, com 940 jovens de 20 a 29 anos de idade, seguindo o modelo das pesquisas de Ueno (Pesq. I) e de Okazaki (Pesq. II).
 4. Pesquisa V — realizada na mesma cidade de Okazaki (Pesquisa II) em 1972, essa pesquisa teve como objetivo verificar as mudanças ocorridas no uso e na concepção do tratamento por parte dos usuários no decurso de 20 anos, comparando seus dados com os obtidos em 1952. Obedecendo aos mesmos parâmetros, realizaram-se dois tipos de enfoque: um estudo diacrônico do tratamento em geral por uma amostra aleatória de 400 pessoas e outro, também diacrônico, porém individual, com 185 pessoas que, tendo servido de informantes em 1952, puderam ser encontradas e entrevistadas.

São cinco pesquisas que, tendo focado o tratamento sob vários aspectos, formam um todo que analisa, na essência, o uso do tratamento japonês moderno e a forma como os usuários o concebem. Cientes da necessidade de um enfoque multi-facetado do tratamento, ater-nos-emos, porém, neste trabalho, a apenas um de seus aspectos — o tratamento e as variáveis sócio-culturais — e refletir sobre a interação língua/meio, a partir de um estudo contrastivo entre os resultados obtidos no Japão e o uso do tratamento japonês pelos descendentes japoneses no Brasil. Nessa medida, passaremos a expor sobre sua metodologia e os resultados por elas obtidos, que mais diretamente interessam aos nossos objetivos.

A pesquisa de Ueno (Pesq. I) foi a primeira tentativa para se estabelecer os métodos de pesquisa de campo do tratamento. Foram propostas as variáveis sociais que configurassem o perfil social dos informantes e que influiriam, hipoteticamente, no uso do tratamento.

Foram também testadas duas formas diferentes de coleta dos dados lingüísticos: uma, pela reprodução oral de determinadas situações de discurso previamente elaboradas sem nenhuma forma de tratamento, que foram gravadas em entrevistas individuais e outra, pela coleta em gravadores escondidos em locais estratégicos onde pudessem ocorrer situações similares àquelas apresentadas nas entrevistas individuais, com o intuito, não só de diminuir a artificialidade em apresentar situações por escrito, como também, para avaliar a viabilidade dos métodos propostos. Requisitou-se, ainda, a um grupo de voluntários do local, que avaliasse o grau das diferentes formas de tratamento a partir de uma lista previamente elaborada, a fim de servir de subsídio aos pesquisadores para uma quantificação, a mais objetiva possível, de análise dos dados obtidos.

O objetivo principal dessa pesquisa foi o de estabelecer as linhas essenciais da metodologia a ser aplicada em trabalhos desse gênero, no que foi complementada e melhorada pelas pesquisas regionais (Pesq. III e IV) para ser aplicada em Okazaki (Pesq. II), onde se buscou chegar, já com modificações a partir dos dados obtidos, aos resultados pretendidos, quais sejam, verificar em que condições sociais e contextuais o tratamento é utilizado e concebido pelos japoneses de hoje.

Tanto foi assim que os resultados desses quatro trabalhos são apresentados em bloco em *Keigo-to Keigoishiki* "O Tratamento: seu Uso e sua Conceção" (1957), servindo-se das Pesquisas I, III e IV para expor os caminhos trilhados para o estabelecimento de uma metodologia, e da II, para analisar o *status quo* do tratamento utilizado em 1952. Apenas o trabalho realizado em 1972 tem uma publicação isolada e parcial de seus resultados em 1983, sob o título *Keigo-to Keigoishiki — Okazaki-ni okeru 20-nenmae-tono Hikaku* "O Tratamento: seu Uso e sua Conceção — em Comparação à Pesquisa realizada em Okazaki de 20 Anos atrás".

Para essa parte do nosso trabalho, seguiremos basicamente os dados fornecidos pela publicação de 1983, com referências à de 1957 quando necessárias, esclarecendo que deixaremos de lado as partes que não nos concernem diretamente (testes de personalidade, opinião sobre a adequação forma lingüística/contexto de situação, escolha das formas que o informante gostaria que lhe fossem dirigidas etc.), atendo-nos às partes que dizem respeito às variáveis sócio-culturais do tratamento.

Neste aspecto, a segunda pesquisa realizada em Okazaki (Pesq. V), seguiu as seguintes etapas básicas:

1. aplicação de um questionário com dados pessoais e uma amostra de 400 pessoas de 15 a 79 anos de idade, escolhidas aleatoriamente por idade, sexo e zona de residência, do cadastro oferecido pela Prefeitura local. Foi preparada, de antemão, uma listagem superior a 400 pessoas para as substituições por pessoas do mesmo sexo e idade equivalente, que se fizessem necessárias.

2. entrevista individual realizada por 12 pesquisadores para:
 - a) colher informações sobre o desempenho lingüístico dos informantes mediante a apresentação de determinadas situações de fala (por escrito e/ou com gravuras), onde se solicitava a reprodução oral de discursos previamente elaborados para serem gravados;
 - b) colher informações dos entrevistados sobre sua opinião, conhecimento e consciência do tratamento;
3. transcrição em fichas das formas lingüísticas gravadas;
4. levantamento do perfil da população entrevistada, a partir dos dados colhidos pelo questionário (1);
5. classificação das formas de tratamento, de que trataremos adiante;
6. análise das associações entre as variáveis sociais e lingüísticas.

Para se classificar as formas de tratamento, havia a necessidade de se quantificar as formas lingüísticas levantadas, a fim de se proceder à análise das interferências contextuais (sociais e psicológicas) no tratamento. Corria-se, entretanto, o perigo de uma classificação subjetiva dos graus de tratamento das expressões encontradas, o que levou a uma série de medidas para reduzir ao máximo a subjetividade da classificação.

Quando da realização da pesquisa em Ueno (Pesq. I), os coordenadores elaboraram uma lista de 10 a 30 prováveis discursos para as diferentes situações apresentadas e submeteram-nos à classificação por dois grupos (um grupo de professores pesquisadores do K.K.K. e outro formado por 37 habitantes da região) para uma posterior comparação. Cada grupo efetuou a classificação dos discursos por situação, numa escala decrescente do grau de tratamento do discurso no seu todo, isto é, sem distinguir as chamadas expressões de *respeito*, de *modéstia* ou de *polidez*. Em Okazaki (Pesq. II), foi feita uma classificação similar mas a partir das formas lingüísticas coletadas pelo levantamento com uma amostra de 250 pessoas. Sua apreciação ficou a cargo de três grupos: de 10 pessoas da região, selecionadas por sexo e idades diferentes; de 41 estudantes de Tóquio que procederam a uma classificação individual e por grupos de dois e, de um pesquisador da K.K.K.

Feitas as comparações de todas as classificações, observou-se um desvio de apenas 3,4%, o que os levou a seguirem a classificação elaborada pelo pesquisador da K.K.K., para a análise dos dados colhidos em Okazaki (Pesq. II). Levando-se em conta, principalmente, a forma do tratamento utilizado no fim do discurso ⁽¹⁾, o tratamento foi classificado em três graus:

(1) Na estrutura frasal japonesa, as formulações individuais do locutor sobre o *dictum* se tornam mais subjetivas à medida que se encontram no fim da cadeia sintagmática (Cf. Watanabe, 1971, p. 140). Sendo o tratamento a expressão subjetiva do locutor sobre a tensão ou distância entre os actantes do discurso, suas formas lingüísticas atuam, geralmente, na parte final do discurso.

1. *alta polidez*: emprego de formas resultantes da associação de duas ou mais expressões de tratamento em todo o discurso;
2. *polidez*: emprego de apenas uma expressão de tratamento no discurso;
3. *formas sem tratamento*.

Dada a incidência muito elevada de casos de *polidez* (grau 2), foi feita uma reclassificação em cinco graus de tratamento, para a análise dos dados obtidos em 1972 (Pesq. V), a que voltaremos no momento oportuno. Essa pesquisa realizada em 1972, na cidade de Okazaki, tinha como principal objetivo verificar as transformações ocorridas com o uso do tratamento, no espaço de 20 anos. Apesar da opinião corrente no Japão de que o tratamento está caindo em desuso, de que as falas das pessoas estão se tornando cada vez mais rudes, de que os jovens não sabem usar o tratamento, seus resultados vieram a provar o contrário. Não houve diferenças significativas no uso do tratamento nesses 20 anos. Se em 1952, *sexo* e *escolaridade* constituíam os fatores mais influentes e, *idade* o menos influente no uso do tratamento, assim continuaram sendo em 1972. Assim, as mulheres usam, no geral, formas mais polidas de tratamento do que os homens, embora estes distingam com maior frequência os contextos de situação; há uma variação maior das formas de tratamento empregadas pelos homens conforme as situações e as mulheres são sempre polidas, independentemente dos contextos apresentados. A *escolaridade* surge como a segunda variável mais significativa para o bom desempenho do tratamento, configurando que quanto maior a escolaridade do usuário, mais polido se torna o tratamento. Quanto aos demais fatores, embora tenha se manifestado uma tendência geral de ocorrerem tratamentos mais polidos quanto maior a idade, mais elevada a classe social e maior a mobilidade geográfica, essas variáveis não apresentaram um grau significativo de contingência na associação com o bom desempenho do tratamento.

A fim de que pudéssemos proceder ao estudo contrastivo proposto, obedecemos aos critérios gerais seguidos pelas pesquisas realizadas no Japão para levantar os dados junto aos descendentes no Brasil, sobre o que passaremos a discorrer.

2.2. LEVANTAMENTO DO TRATAMENTO JAPONÊS NO BRASIL

A análise contrastiva proposta leva em conta dois grupos sociais substancialmente diferentes: de um lado o Japão, uma sociedade monolíngüe, e de outro, a colônia japonesa do Brasil, uma comunidade bilingüe sem diglossia, isto é, uma comunidade em que as pessoas discernem o uso de uma língua e de outra conforme a situação, sem que isto implique valorações ou diferenciações funcionais estabelecidas pelo meio (Cf. Fishman, 1971, p. 87 e ss.).

A diversidade básica das propriedades dos meios que foram colocados em contato, nem sempre nos permitiu que seguíssemos métodos idênticos, fazendo-se necessárias certas aproximações que viabilizassem o estudo proposto. Na medida em que o Japão é uma sociedade monolíngüe, o K.K.K. pôde colocar magnetofones em lugares estratégicos de vários pontos da cidade e colher tratamentos usados em situações reais, como uma maneira de diminuir a artificialidade que poderia resultar do esmero dos informantes em “falar bem” nas entrevistas individuais ou mesmo nos diálogos montados (pp. 96-97). Em Ueno (Pesq. I), os locais foram selecionados aleatoriamente, com a preocupação única de variá-los. Já em Okazaki (Pesq. II), foram selecionados locais em que pudessem ser encontradas situações, senão idênticas, ao menos equivalentes às apresentadas nas entrevistas individuais. Os resultados, porém, não corresponderam às expectativas pois, mesmo com longas horas de espera, foi difícil não só deparar com situações semelhantes, bem como encontrar pessoas de sexos e de faixas etárias diferentes, as únicas variáveis que podiam, então, ser estabelecidas. Na comunidade japonesa do Brasil seria praticamente impossível realizar tal tipo de levantamento, não só porque a comunidade está inserida no meio brasileiro e por isso, as oportunidades de se encontrar dois descendentes nos contextos esperados são remotas, como porque, os descendentes usam, na sua maioria, o português na comunicação entre eles.

K.K.K. coletou ainda os dados lingüísticos por dois outros meios:

1. registro das falas produzidas por 11 grupos de duas pessoas cada (previamente selecionadas de acordo com a idade e sexo) sobre um determinado tema, e,
2. registro das falas produzidas individualmente pelos informantes, de acordo com uma série de situações previamente elaboradas e apresentadas por escrito pelo entrevistador (por exemplo, situações do tipo: “como você diria no caso em que...”).

A análise dos resultados obtidos por esses dois métodos demonstrou que as falas dos diálogos livres são, em geral, mais longas, tornando-as mais polidas⁽²⁾; no entanto, os resultados obtidos, seja por entrevistas individuais, seja por improvisação de diálogos, não apresentaram diferenças significativas quanto ao uso das formas concretas de tratamento, isto é, das chamadas expressões de respeito, de modéstia ou de polidez.

Quanto à amostragem, K.K.K. evitou grandes metrópoles como Tóquio, pelas dificuldades ou a quase impossibilidade de se realizar pesquisas dessa monta, bem como aglomerações eminentemente agrícolas, dada a sua especificidade em termos regionais e dialetais, e

(2) Há, na consciência do usuário da língua, a idéia de que falar mais longo é mais polido, como comprovaram os testes para avaliar a concepção do tratamento (Vide p. 95), em que os informantes dispunham em ordem decrescente de grau de tratamento, as falas relativas a uma determinada situação (K.K.K., 1957, p. 318).

optou por cidades de médio porte como Ueno e Okazaki, nem tão rurais, nem tão metropolitanas como se pretendia (*Ib.*, p. 2). No Japão, as prefeituras mantêm um cadastro de residência de seus habitantes, o que possibilitou uma amostragem aleatória de sua população. No Brasil, entretanto, não há nenhum órgão de administração pública que mantenha tais cadastros. O único cadastro a que tivemos acesso foi o elaborado pelo censo de 1958, mas novo levantamento efetuado 4 anos depois, já demonstrou que a mobilidade geográfica dos japoneses no Brasil é muito acentuada (apenas menos de 70% puderam ser encontrados no mesmo local), o que não dizer no espaço de mais de 20 anos.

Para uma amostragem nos mesmos moldes do Japão, seria necessário realizar um novo censo da colônia japonesa no Brasil, que demanda uma mão-de-obra de que não dispomos (cerca de 7.000 recenseadores foram utilizados no censo de 1958 — cf. Suzuki, 1969, p. 4). A exigüidade material e de condições técnicas de que dispúnhamos levou-nos a optar por um levantamento junto a um grupo ligado à colônia japonesa onde pudéssemos encontrar, se não as ideais, as condições mínimas que viabilizassem atingir o objetivo proposto. Na medida em que pretendíamos examinar as variáveis sócio-culturais do tratamento pelo confronto do seu uso em meios diferentes, procuramos um grupo com uma população concentrada que tivesse raízes mais fortes com a colônia japonesa. Evitamos, assim, as empresas multi-nacionais japonesas que, apesar de contarem com um elevado contingente de funcionários japoneses ou descendentes, seguem uma política administrativa e orgânica próxima à do seu país de origem: elas transpõem os modelos de administração, de hierarquia interna ocupacional, de comportamentos que levam em conta variáveis como *hierarquia, idade, antigüidade*, do Japão ao Brasil.

Em vista do exposto, optamos pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) da Grande São Paulo, pelas razões que se seguem:

1. é uma empresa cooperativista inicialmente criada para atender às necessidades dos produtores horti-fruti-granjeiros da colônia japonesa em São Paulo, com capital local e seguindo um modelo administrativo próprio, sem obedecer a padrões de conduta ou de hierarquia interna que poderiam ser impostos por uma empresa multi-nacional de capital japonês;
2. sendo uma empresa ligada a atividades agrícolas, julgamos encontrar um contingente de pessoas fortemente ligadas à origem da imigração japonesa que se deu pela introdução de mão-de-obra na cultura cafeeira do início do século e que permaneceu eminentemente rural até a década de 40 (Cf. Suzuki, 1969, p. 55);
3. por outro lado, sua sede em São Paulo permite a afluência de pessoas dos mais variados pontos do Brasil, como resultado do grande fluxo migratório para São Paulo em virtude do seu

processo de urbanização e de industrialização, fenômeno ocorrido também na colônia (*Ib.*, pp. 212-215);

4. na mesma perspectiva, há um afluxo de pessoas de uma gama variada de ocupações e a CAC da Grande São Paulo, que inclui o setor avícola do município de Cotia, permitiu-nos configurar uma população ocupacionalmente variada, desde técnicos especializados até agricultores.

Partindo, pois, da premissa de que a CAC poderia fornecer o material necessário para os nossos estudos, foram feitos os primeiros contatos com a empresa que prontamente se colocou à nossa disposição, tornando possível a realização deste trabalho.

Esta parte da pesquisa seguiu as seguintes etapas, sobre as quais passamos a discorrer:

1. levantamento e análise dos dados sócio-culturais dos informantes;
2. levantamento e análise dos dados lingüísticos referentes ao tratamento da língua japonesa;
3. associação entre as variáveis sócio-culturais e lingüísticas levantadas;
4. análise contrastiva dos dados obtidos no Japão e no Brasil.

2.2.1. *Levantamento sócio-cultural*

Mediante a cessão da lista de funcionários descendentes e falantes da língua japonesa, devidamente cadastrados na CAC, foram distribuídos 500 questionários. Seus quesitos foram adaptados para traçar o perfil sócio-cultural dos informantes e elaborados a partir de dados testados num levantamento preliminar com cerca de 50 estudantes do Curso de Língua e Literatura Japonesa da USP, cuja finalidade foi, não só verificar a viabilidade da metodologia aplicada em Okazaki (Pesq. V) dentro dos recursos de que dispúnhamos, como também testar a viabilidade dos itens hipoteticamente propostos com base nas variáveis levantadas pelo censo de 1958 e que constituem propriedades individuais (religião, escolaridade, residência no campo ou na cidade etc.).

2.2.1.1 Amostragem e metodologia

Sob hipótese de que constituem variáveis significativas do desempenho da língua japonesa, e conseqüentemente, do tratamento japonês entre os descendentes em São Paulo, levantamos os seguintes itens:

1. Sexo: a) masculino
b) feminino
2. Faixa etária — nossa amostra é constituída de funcionários da CAC, de forma que assim dividimos as faixas etárias:
 - a) até 19 anos
 - b) de 20 a 29 anos

- c) de 30 a 39 anos
 - d) de 40 a 49 anos
 - e) acima de 50 anos
3. Geração — dados do censo de 1958 demonstraram que quanto maior a geração, maior é o grau de aculturação quanto à religião (p. 123), quanto à língua falada (p. 131) e quanto à estrutura familiar: tamanho de família (p. 110), número de gerações na família (p. 114), tipo de família (p. 116). Sob a hipótese de que o fator *geração* é significativo também no uso do tratamento japonês, assim classificamos:
- a) *nisei* — filho de pais imigrantes. Dada, porém, a existência de filhos de imigrantes que chegaram ao Brasil antes da idade escolar e que tiveram, portanto, formação e educação no Brasil, subdividimos os *nisei* em:
 - 1) *nisei* I — filho de pais que chegaram depois da idade escolar (7 anos);
 - 2) *nisei* II — filho de pais japoneses dos quais, um deles chegou antes da idade escolar e outro, depois da idade escolar;
 - 3) *nisei* III — filho de pais que chegaram antes da idade escolar;
 - b) *sansei* — quando um dos pais ou ambos forem *nisei*;
 - c) *yonsei* — quando um dos pais ou ambos forem *sansei*;
 - d) mestiço — quando um dos pais for de origem não-japonesa.
4. Geração do (ex)-cônjuge — sob a hipótese de que a geração do cônjuge ou ex-cônjuge implica convivência com pessoas “mais japonesas” (imigrantes ou *nisei*), ou “menos japonesas” (*sansei*, *yonsei* e mestiços), os cônjuges foram classificados em:
- a) *issei*, ou seja, imigrantes;
 - b) *nisei*;
 - c) *sansei*;
 - d) não-japonês, isto é, pessoas que não têm ascendência japonesa.
5. Convivência com avós — segundo dados do censo de 1958, a incidência do uso da língua japonesa é maior nas famílias lineares (com ascendentes ou com filho(s) casado(s) do chefe de família) e linear-colaterais (família linear, mais irmão casado ou outro parente colateral) do que nas famílias conjugais (casal com ou sem filhos) [Cf. Suzuki, 1969, p. 136]. Considerando a faixa etária dos nossos informantes, é de se supor que os avós com quem conviveram, se conviveram (família linear ou linear-colateral), sejam imigrantes, ensejando que os

informantes tenham tido contato com a língua japonesa na sua vida. Assim, consideramos aqueles que:

- a) conviveram com os avós ou com um deles;
- b) nunca conviveram com avós.

6. Co-habitação — a fim de averiguar em que medida o grau do contato cotidiano com japoneses influi ou não no desempenho do tratamento japonês, caracterizamos aqueles que:

- a) moram sozinhos;
- b) moram com amigos e/ou irmãos, desde que um deles seja não-japonês;
- c) moram com amigos e/ou irmãos que sejam imigrantes ou descendentes;
- d) moram com a família, desde que um membro (cônjuge, cunhados, sobrinhos etc.) seja não-japonês;
- e) moram com família de ascendência japonesa, desde que um membro, pelo menos, seja *issei*;
- f) moram com família composta apenas de descendentes.

7. Locais de residência — os primeiros imigrantes japoneses, embora de origens profissionais diversas, foram encaminhados a zonas rurais para suprir a mão-de-obra agrícola. Em sua maioria, utilizavam a língua materna na comunicação em família ou entre os conterrâneos, servindo-se da língua portuguesa, adquirida precariamente, para os contatos esporádicos com o meio brasileiro. Semi-isolados da comunidade brasileira em geral, as condições foram mais propícias àqueles que viveram por períodos mais longos nas zonas rurais para que valores do seu país de origem, inclusive a língua, continuassem a ser cultivados. Acompanhando o êxodo rural do meio brasileiro em geral, verificou-se uma mobilidade progressiva dos japoneses e seus descendentes do campo para a cidade. O isolamento das zonas rurais (distância, escassez de meios de transporte e comunicação etc.), acrescido ao semi-isolamento dos japoneses e descendentes com relação à comunidade brasileira, levou-nos à hipótese de que os anos de residência em zona rural influem na conservação da língua japonesa, estabelecendo o seguinte critério de classificação:

- a) residência na zona rural por um período superior a 10 anos;
- b) residência na zona rural por um período superior a 5 e inferior a 10 anos;
- c) residência na zona rural por um período inferior a 5 anos;
- d) residência somente na zona urbana.

8. Ocupação — de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações, os informantes foram assim classificados:

- a) trabalhadores das profissões científicas, técnicas e trabalhadores assemelhados (técnicos de contabilidade, agrônomos, analistas de sistema, psicólogos etc.);
 - b) diretores e trabalhadores assemelhados (gerentes administrativos, de produção etc.);
 - c) trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (secretários, auxiliares de escritório, supervisores, digitadores etc.);
 - d) trabalhadores de comércio e assemelhados (supervisores de vendas e compras, vendedores de comércio atacadista, agentes de vendas etc.);
 - e) operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados;
 - f) trabalhadores de serviços de serventia, higiene e assemelhados (faxineiros, copeiros etc.);
 - g) trabalhadores agropecuários e assemelhados (operadores de incubadora, de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas etc.).
9. Grau de escolaridade — o nível de escolaridade do informante foi estimado pelo último curso de ensino regular frequentado, concluso ou não, em:
- a) sem escolaridade;
 - b) nível primário;
 - c) nível secundário (colégio, técnico, normal);
 - d) nível superior (universitário ou equivalente).
10. Escolaridade dos pais — a fim de verificar em que proporção a alta ou baixa escolaridade dos pais, obtida no Japão ou no Brasil, atua no uso da língua japonesa de seus filhos, distinguimos a escolaridade do pai e da mãe de acordo com o último curso frequentado em:
- a) não frequentaram nenhuma escola;
 - b) frequentaram o primário no Brasil;
 - c) frequentaram o secundário no Brasil;
 - d) frequentaram o curso superior no Brasil;
 - e) frequentaram o primário no Japão;
 - f) frequentaram o secundário no Japão;
 - g) frequentaram o curso superior no Japão.
11. Estudo da língua japonesa — por “estudo da língua japonesa” entendemos os dois tipos de aprendizado: 1. o aprendizado da leitura e da escrita japonesa em casa (com pais ou professores particulares) ou nas escolas conhecidas como *nichigogakkô*,

destinadas geralmente aos descendentes de imigrantes japoneses na faixa etária correspondente ao curso primário do Brasil; 2. o aprendizado da fala, leitura ou escrita nos cursos de japonês, destinados a adultos. Assim, classificamos os informantes que:

- a) nunca estudaram o japonês;
 - b) estudaram até os 10 anos de idade;
 - c) estudaram até mais de 10 anos de idade;
 - d) começaram a estudar depois dos 10 anos.
12. Uso do japonês na moradia — em que medida o contato com a língua japonesa, pelo seu uso no local em que reside, influi no desempenho lingüístico, foi o objetivo ao estabelecermos mais este item que subdividimos em:
- a) nunca usou o japonês em casa;
 - b) não usa atualmente, mas já usou;
 - c) usa atualmente só o japonês;
 - d) usa atualmente o japonês e o português (aqui entendemos o uso do japonês com interferências do português (no léxico ou na estrutura sintática), bem como os casos em que, sendo-lhe dirigida a palavra em japonês, o informante utiliza ora o japonês, ora o português, de acordo com as circunstâncias).
13. Uso do japonês no serviço — como uma extensão do item anterior, classificamos os informantes conforme:
- a) não usam o japonês no serviço;
 - b) usam o japonês no serviço.
14. Língua utilizada na vida associativa — aqueles que freqüentam um grupo associativo qualquer (Cf. item 19 abaixo), foram classificados conforme utilizem:
- a) somente o português;
 - b) somente o japonês;
 - c) o japonês e o português.
15. Leitura de periódicos da colônia — há três jornais diários editados em São Paulo, com circulação pela colônia, compostos de páginas em português e em japonês. Como outra forma de contato com a língua japonesa ou com acontecimentos da colônia, distinguimos aqueles que:
- a) não lêem nenhum periódico da colônia;
 - b) lêem somente a página escrita em português;
 - c) lêem também as páginas escritas em japonês.

16. Leitura de revistas ou livros escritos em japonês — outra forma de contato com a língua, a leitura de livros e de revistas escritos em japonês implicou informantes que:
- a) não lêem;
 - b) lêem.
17. Religião — segundo dados de 1937 (Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração), apenas 1,3% dos imigrantes japoneses entrados pelo Porto de Santos no período de 1908 a 1936 era católico, cifra que se eleva a 42,8% entre imigrantes e descendentes com mais de 7 anos no censo de 1958, com percentagem maior à medida que se sucedem as gerações: 16,6% entre os imigrantes, 59,3% entre *nisei*, chegando a atingir 70,3% entre *sansei* e *yonsei* (Cf. Suzuki, 1969, pp. 121-122). A fim de verificarmos a inter-relação entre as aculturações religiosa e lingüística, distinguimos duas categorias básicas de religiões: brasileiras e japonesas. Entendemos por brasileiras, as religiões seguidas pela quase totalidade dos brasileiros (Catholicismo) e as mediúnicas brasileiras (Espiritismo, Umbanda etc.); por religiões japonesas, aquelas que são professadas predominantemente no Japão (Xintoísmo, Budismo e as chamadas “religiões novas” — religiões que surgiram desde os fins do século passado a partir do Budismo e de crenças populares mediúnicas do Xintoísmo, tais como PL, Seichô-no-Ie, Igreja Messiânica etc.). Seguimos o seguinte critério de classificação:
- a) segue uma religião brasileira;
 - b) segue uma religião japonesa;
 - c) sincretistas: quando seguem religiões brasileiras e japonesas;
 - d) outros: aqueles que não professam nenhuma religião ou que professam religiões nem brasileiras, nem japonesas, como o Protestantismo.
18. Associação — associações constituem parte do universo de vida do indivíduo e aqui, foi assim entendido, qualquer que seja o grupo associativo com finalidades comuns: clubes recreativo-esportivos, associações profissionais, associações comunitárias etc. À medida que elas podem influir no relacionamento inter-individual daqueles que as freqüentam, distinguimos: 1) associações japonesas — as que são dirigidas e freqüentadas predominantemente por imigrantes e/ou descendentes, e, 2) associações não-japonesas (Vide “não-japonês” à p. 104). Foram consideradas associações japonesas: associações recreativas como *Kenjinkai* “Associação de Imigrantes co-Provincianos”, *ikebanakyôkai* “Associação de Arranjos Florais”, *seinenkai* “Associação de Jovens” e outras congêneres, clubes recreativo-esportivos da colônia (Coopercotia Atlético Clube, Nippon Country Club etc.) e associações pertencentes às religiões japo-

neas; e associações não-japonesas: associações profissionais (Associação de Agrônomos, Associação de Médicos) e clubes (Rotary Club, Atlético Clube Pinheiros etc.). Os informantes foram considerados conforme:

- a) não freqüentam nenhuma associação;
 - b) freqüentam associação(ões) japonesa(s);
 - c) freqüentam associação(ões) não-japonesa(s);
 - d) freqüentam associações japonesa e não-japonesa.
19. Programas de rádio em japonês — a colônia oferece oportunidades de contato com a língua japonesa através de programas de rádio e de televisão [item 20]. Há dois tipos de programas de rádio nas cercanias de São Paulo em que o japonês é utilizado: 1. programas feitos na colônia, com transmissões em português e em japonês, e, 2. programas feitos no Japão, com transmissão para o Brasil, em japonês. Os informantes foram distinguidos entre os que não ouvem e os que ouvem programas de rádio em japonês.
20. Programas de televisão para a colônia japonesa — há dois programas semanais na televisão paulista dedicados à colônia japonesa, com algumas partes apresentadas em japonês (noticiário, entrevistas, música, novela). Os informantes foram classificados em: aqueles que assistem e aqueles que não assistem a programas japoneses na televisão.
21. Música japonesa — música popular, muito em voga na colônia, constitui também um meio de contato com a língua japonesa, de modo que distinguimos aqueles que ouvem e não ouvem a música cantada em japonês.

Posto que nossa pesquisa visava ao desempenho do tratamento independentemente da capacidade de leitura ou escrita, solicitamos à CAC que distribuisse os questionários relativos a dados sociais e culturais a seus funcionários descendentes cadastrados como falantes da língua japonesa, não importando sua fluência.

Dos 500 questionários distribuídos, retornaram 386, dos quais 83 foram inutilizados por se tratarem de pessoas que nasceram no Japão. Feita a seleção dos 303 restantes, cujos dados se ajustavam à condição pré-estabelecida de *descendentes japoneses nascidos no Brasil*, foram assinalados os itens preenchidos incorretamente (incompletos ou com falhas na interpretação dos dados solicitados) que foram posteriormente corrigidos por ocasião das entrevistas individuais.

Cumpre acrescentar que dessa amostra inicial de 303 informantes em potencial, houve uma redução de 37 pessoas em razão de falhas na gravação, de recusa por inibição, de ausência por férias, demissão,

viagens ou transferências, de impossibilidade de atendimento por acúmulo de serviço. Obtivemos, assim, uma amostra de 266 descendentes que falam a língua japonesa (entre 15 a 65 anos de idade) que correspondem a 31,6% do total de 841 funcionários descendentes de japoneses da CAC, cujo perfil sócio-cultural passaremos a expor.

2.2.1.2. Análise dos dados sócio-culturais

De um modo geral, nossa amostra de 266 pessoas pode ser caracterizada, como mostram as tabelas apresentadas a seguir, por uma maioria de pessoas:

1. do sexo masculino: 84,6%;
2. na faixa dos 30 a 39 anos: 35,3%;
3. cujos pais chegaram ao Brasil depois da idade escolar: 60,5%;
4. casadas (67,3%) com *nisei* (69,8%);
5. que nunca conviveram com avós: 55,6%;
6. que moram apenas com familiares descendentes de japoneses: 53,4%;
7. que residiram por mais de 10 anos em zona rural: 50,0%;
8. que desempenham um serviço administrativo na empresa: 46,6%;
9. que têm curso superior (completo ou não): 45,9%;
10. cujos pais têm apenas o curso primário (pai, 53,6% e mãe 61,8%). Se verificarmos o país onde foi realizado o último curso, a maioria só frequentou até o curso primário no Brasil (pai, 83,9%, e mãe 81,4%), enquanto no Japão, a maioria dos pais tem curso secundário (50,8%) e das mães, só o primário (58,0%);
11. que estudaram o japonês até mais de 10 anos: 38,0%;
12. que usam, atualmente, o português e o japonês em casa: 55,3%;
13. que usam o japonês no serviço: 64,3%;
14. que não lêem periódicos da colônia: 59,8%;
15. que não lêem revistas ou livros escritos em língua japonesa: 56,0%;
16. que seguem uma religião brasileira, em geral o Catolicismo: 71,4%;
17. que não frequentam nenhuma associação: 56,8% (entre aqueles que frequentam, a maioria frequenta associação japonesa (89,6%) e aí falam o português e o japonês (69,6%));
18. que não ouvem programas de rádio em japonês: 65,0%;
19. que assistem a programas japoneses na televisão: 85,0%;
20. que ouvem músicas japonesas: 89,8%.

TABELA 1.1 — Distribuição da amostra por sexo.

sexo	masculino	feminino	Total
nº de pessoas	225	41	266
%	(84,6)	(15,4)	(100,0)

TABELA 1.2 — Distribuição por faixa etária.

idade	até 19	20-29	30-39	40-49	50+	Total
nº de pessoas	10	66	94	75	21	266
%	(3,7)	(24,8)	(35,3)	(28,2)	(7,9)	(100,0)

TABELA 1.3 — Distribuição por geração.

geração	nisei I	nisei II	nisei III	sansei	yonsei	Total
nº de pessoas	161	30	7	67	1	266
%	(60,5)	(11,3)	(2,6)	(25,2)	(0,4)	(100,0)

TABELA 1.4 — Distribuição por estado civil/geração do cônjuge.

estado civil	solteiro	casado c/ issei	casado c/ nisei	casado c/ sansei	casado c/ não-japonês	separado	Total
nº de pessoas	86	15	125	13	26	1	266
%	(32,3)	(5,6)	(47,0)	(4,9)	(9,8)	(0,4)	(100,0)

TABELA 1.5 — Distribuição por convivência com avós.

convivência com avós	não	sim	Total
nº de pessoas	148	118	266
%	(55,6)	(44,4)	(100,0)

TABELA 1.6 — Distribuição por co-habitação.

habitação	só	c/ amigo não-japones	c/ amigo descendente	c/ família não-japonesa	c/ família issei	c/ família de descend.	Total
nº de pessoas	8	3	17	28	68	142	266
%	(3,0)	(1,1)	(6,4)	(10,5)	(25,6)	(53,4)	(100,0)

TABELA 1.7 — Distribuição por zona de residência.

zona de residência	zona rural + de 10 anos	zona rural de 6 a 10 anos	zona rural até 5 anos	zona urbana	Total
nº de pessoas	133	36	18	79	266
%	(50,0)	(13,5)	(6,8)	(29,7)	(100,0)

TABELA 1.8 — Distribuição por ocupação.

ocupação	técnicos	diretores	serviços administrat.	comércio	oper. máq. condut.	serventia	agro-pec.	Total
nº de pessoas	51	17	124	56	2	1	15	266
%	(19,2)	(6,4)	(46,6)	(21,0)	(0,7)	(0,4)	(5,6)	(100,0)

Foram registradas as seguintes ocupações dos informantes, assim classificadas de acordo com as categorias arroladas pelo Código Brasileiro de Ocupações:

1. técnicos: técnico de contabilidade, técnico agrícola, engenheiro agrônomo, enfermeiro, analista de sistemas, programador de computador, contador, auditor contábil, psicólogo, analista de cargos e salários, agente publicitário, técnico de administração;
2. diretores: gerente administrativo, gerente de pessoal, gerente de relações públicas, gerente de produção;
3. trabalhadores de serviço administrativo: chefe de escritório (financeiro, tesoureiro, pessoal, serviços gerais etc.), secretário, calculista de custos, caixa, faturista, procurador, digitador, almoxarife, estoquista, armazenista, conferente de materiais, auxiliar de escritório, coordenador de técnicos em agricultura ou pesquisas;

4. trabalhadores de comércio: vendedor de comércio atacadista, agente de vendas, comprador, supervisor de vendas, supervisor de compras, agente de comércio atacadista;
5. trabalhadores de serviço de serventia: faxineiro;
6. operadores de máquinas e condutores de veículos: motorista de caminhão;
7. agropecuários: operador de incubadeira, trabalhador agropecuário.

TABELA 1.9 — Distribuição por escolaridade.

escolaridade	nenhuma	primário	secundário	superior	Total
nº de pessoas	2	51	91	122	266
%	(0,7)	(19,2)	(34,2)	(45,9)	(100,0)

TABELA 1.10 — Distribuição por escolaridade dos pais.

		nenhuma	primário	secundário	superior	Total*
P A I		7 (2,7)	141 (53,6)	100 (38,0)	15 (5,7)	263 (100,0)
M Ã E		22 (8,4)	162 (61,8)	78 (29,8)	0 -	262 (100,0)
BRASIL	P A I	/	68 (83,9)	11 (13,6)	2 (2,5)	81 (100,0)
	M Ã E	/	79 (81,4)	18 (18,5)	0 -	97 (100,0)
JAPÃO	P A I	/	73 (41,7)	89 (50,8)	13 (7,4)	175 (100,0)
	M Ã E	/	83 (58,0)	60 (41,9)	0 -	143 (100,0)

* Três pessoas não souberam informar a escolaridade dos pais, e uma, a escolaridade da mãe.

TABELA 1.11 — Distribuição por estudo de japonês.

estudo de japonês	nunca estudou	estudou até 10 anos	estudou até + de 10 anos	começou depois dos 10 anos	Total
nº de pessoas	66	48	101	51	266
%	(24,8)	(18,0)	(38,0)	(19,2)	(100,0)

TABELA 1.12 — Distribuição por uso do japonês na moradia.

uso do japonês	nunca usou	já usou, mas não atualmente	usa só japonês	usa japonês e português	Total
nº de pessoas	50	64	5	147	266
%	(18,8)	(24,1)	(1,9)	(55,3)	(100,0)

TABELA 1.13 — Distribuição por uso do japonês no serviço.

uso do japonês	não	sim	Total
nº de pessoas	95	171	266
%	(35,7)	(64,3)	(100,0)

TABELA 1.14 — Distribuição por leitura de periódicos.

leitura	nenhuma	somente em português	também em japonês	Total
nº de pessoas	159	72	35	266
%	(59,8)	(27,1)	(13,1)	(100,0)

TABELA 1.15 — Distribuição por leitura de livros/revistas.

leitura	não	sim	Total
nº de pessoas	149	117	266
%	(56,0)	(44,0)	(100,0)

TABELA 1.16 — Distribuição por religião.

religião	brasileira	japonesa	sincrética	outras	Total
nº de pessoas	190	36	9	31	266
%	(71,4)	(13,5)	(3,4)	(11,6)	(100,0)

TABELA 1.17 — Distribuição por associação freqüentada.

associação freqüentada	nenhuma	associação japonesa	associação não-japonesa	ambas	Total
nº de pessoas	151	103	6	6	266
%	(56,8)	(38,7)	(2,2)	(2,2)	(100,0)

TABELA 1.18 — Distribuição por língua usada na associação.

língua usada	somente português	somente japonês	japonês e português	Total
nº de pessoas	33	2	80	115
%	(28,7)	(1,7)	(69,6)	(100,0)

TABELA 1.19 — Distribuição por rádio.

rádio	não	sim	Total
nº de pessoas	173	93	266
%	(65,0)	(35,0)	(100,0)

TABELA 1.20 — Distribuição por televisão.

televisão	não	sim	Total
nº de pessoas	40	226	266
%	(15,0)	(85,0)	(100,0)

TABELA 1.21 — Distribuição por música.

música	não	sim	Total
nº de pessoas	27	239	266
%	(10,1)	(89,8)	(100,0)

Esses dados nos permitem afirmar num primeiro momento que:

1. entre os descendentes que falam o japonês, a grande maioria pertence à segunda geração (*nisei* 74,4%), dentre os quais 81,3% são filhos de pais chegados depois da idade escolar, ressaltando que não houve, na amostra, nenhum mestiço e apenas um *yonsei* que possam se expressar oralmente em língua japonesa;
2. uma grande percentagem está ligada às origens da imigração japonesa, pois 63,5% moraram ou moram por mais de 6 anos em zonas rurais;
3. o casamento inter-étnico é mais raro (14,4%), embora seja mais freqüente do que o casamento com imigrantes (8,3%);
4. uma absorvente maioria professa a religião brasileira (71,4%) e uma diminuta percentagem segue a religião japonesa (13,5%) muito próxima ao número dos que não seguem nenhuma religião (11,6%);
5. nossos informantes têm mais contato com a língua japonesa na sua forma oral e mais acessível em qualquer meio (televisão 85,0% e música 89,8%) do que na escrita (livros e revistas 45,0% e periódicos 13,1%) ou mesmo no rádio (44,7%).

A fim de delinear melhor o perfil sócio-cultural dos nossos informantes, relacionamos as variáveis entre si e, de acordo com o teste X^2 , podemos destacar o que segue:

TABELA 1.22 — Distribuição por sexo e idade.

sexo	idade				Total
	até 29*	30 - 39	40 - 49	50+	
masculino	49 (21,8)	85 (37,8)	70 (31,1)	21 (9,3)	225 (84,6)
feminino	27 (65,8)	9 (22,0)	5 (12,2)	0 —	41 (15,4)
Total	76 (28,6)	94 (35,3)	75 (28,2)	21 (7,9)	266 (100,0)

* Devido à reduzida incidência na faixa de idade até os 19 anos (tab. 1.2, p. 111), a faixa inicial foi estendida até os 29 anos.

Associando o *sexo* à *idade*, verificamos uma concentração acentuada de mulheres na faixa mais jovem (65,8% até 29 anos), observando-se um percentual equivalente entre os homens na faixa dos 30 a 49 anos de idade (68,9%). Por outro lado, não houve nenhuma incidência de mulheres com mais de 50 anos de idade e, dado que

nossa amostra foi obtida numa empresa, atribuímos esse fato ao acesso mais recente das mulheres que o dos homens da colônia ao trabalho remunerado, como acontece na sociedade brasileira em geral.

Vemos uma relação deste fato com o grau de escolaridade, pois, como mostra a tabela 1.23, o percentual de mulheres que tenham apenas o primário é bem menor (7,3%) do que dos homens (21,3%), verificando-se uma inversão entre aqueles que têm o curso superior: 51,2% entre as mulheres e 44,9% entre os homens.

TABELA 1.23 — Distribuição por sexo e escolaridade.

sexo	escolaridade				Total
	não	primário	secundário	superior	
masculino	2 (0,9)	48 (21,3)	74 (32,9)	101 (44,9)	225 (84,6)
feminino	0 —	3 (7,3)	17 (41,5)	21 (51,2)	41 (15,4)
Total	2 (0,7)	51 (19,2)	91 (34,2)	122 (45,9)	266 (100,0)

TABELA 1.24 — Distribuição por idade e escolaridade.

idade	escolaridade				Total
	não	primário	secundário	superior	
até 29	0 —	3 (3,9)	32 (42,1)	41 (53,9)	76 (28,6)
30 - 39	1 (1,1)	5 (5,3)	27 (28,7)	61 (64,9)	94 (35,3)
40 - 49	0 —	28 (37,3)	28 (37,3)	19 (25,3)	75 (28,2)
50 +	1 (4,8)	15 (71,4)	4 (19,0)	1 (4,8)	21 (7,9)
Total	2 (0,7)	51 (19,2)	91 (34,2)	122 (45,9)	266 (100,0)

A tabela 1.24 evidencia essa tendência, uma vez que aumenta o nível de escolaridade nas faixas mais jovens (3,9% com nível primário e 53,9% com superior na faixa até 29 anos e, 5,3% e 64,9%, respectivamente, entre os que têm de 30 a 39 anos), diminuindo nas faixas de idade mais avançada. Da mesma forma, o percentual dos

que têm apenas o curso primário aumenta conforme aumenta a faixa etária; com relação ao nível superior, em contrapartida, aumenta a proporção dos que têm curso superior à medida que diminui a faixa etária, com um hiato na faixa até os 29 anos, o que atribuímos à existência, nesta faixa de idade, de pessoas que ainda freqüentam o curso secundário ou que, mesmo tendo-o concluído, se encontram ainda diante da possibilidade de ingresso no curso superior.

Com o passar dos anos, aumenta o grau de escolaridade dos descendentes de japoneses no Brasil e com ele, o acesso mais recente das mulheres ao nível superior de ensino, acompanhando seu acesso ao trabalho remunerado, como vimos anteriormente. Atribuímos esse fenômeno, de um lado, ao êxodo rural e, de outro, à ascensão social e/ou ocupacional em processo da população de origem japonesa.

Com relação à *geração*, a maioria dos homens é constituída de *nisei* I (63,1%) e as mulheres têm uma distribuição idêntica entre *nisei* I e *sansei/yonsei* (46,3%), mas que em relação ao percentual do total da amostra, é menor entre *nisei* I e maior entre *sansei/yonsei*.

TABELA 1.25 — Distribuição por sexo e geração.

sexo	geração			Total
	<i>nisei</i> I	<i>nisei</i> II/ <i>nisei</i> III*	<i>sansei/yonsei</i>	
masculino	142 (63,1)	34 (15,1)	49 (21,8)	225 (84,6)
feminino	19 (46,3)	3 (7,3)	19 (46,3)	41 (15,4)
Total	161 (60,5)	37 (13,9)	68 (25,5)	266 (100,0)

* *Nisei* II e III, *sansei* e *yonsei* foram agrupados numa única categoria, em virtude do reduzido número de *nisei* III e *yonsei*, respectivamente. (Vide tab. 1.3, p. 111).

Quanto mais nova a geração, a tendência é de diminuir a faixa etária. A quase totalidade dos que têm mais de 50 anos de idade são *nisei* I (95,2%) e a maioria de *sansei/yonsei* pertence à faixa etária mais jovem (53,9% até 29 anos). O fato do número de *nisei* (74,4%) ser bem maior e as gerações *sansei/yonsei* serem mais jovens decorre da história recente da imigração japonesa ao Brasil. Tendo se iniciado em 1908 com a busca de braços para a cultura cafeeira paulista, praticamente encerrou-se na década de 60 quando o Brasil passava por um franco processo de industrialização. A queda na procura de mão-de-obra agrícola restringe a imigração japonesa a um número muito reduzido de famílias por ano. Nessa medida, o elevado percentual de *nisei* se explica pela grande quantidade de japoneses

imigrados nesses 60 anos, uma vez que após a década de 60, seu número se reduz consideravelmente, aumentando apenas o das gerações novas.

Por outro lado, entre os *nisei* (198 pessoas), verifica-se um acentuado predomínio de *nisei* cujos pais chegaram depois da idade escolar (81,3%) sobre o que convencionamos denominar *nisei* II e III, isto é, filhos de pais ou que um deles tenha imigrado antes da idade escolar (18,7%). Isto se deve à política imigratória adotada pelo Brasil que dava preferência à entrada de famílias com um mínimo de “três enxadas”, isto é, com um mínimo de três membros que pudessem constituir força de trabalho na lavoura. Eram consideradas força de trabalho as pessoas de 12 a 50 anos de idade (de 15 a 50, depois da II Guerra Mundial), o que levou muitos japoneses a constituírem *kôseikazoku* “família artificial”.

A fim de se obter com maior facilidade o visto de imigração, eram comum a inclusão de membros estranhos à família nuclear (casal e filho(s)), por meio da adoção ou do casamento simulado, que permitiam, por um lado, completar a mão-de-obra deficiente, por outro, dar a oportunidade de emigração a solteiros. Procedia-se, em regra, à adoção de parentes (sobrinhos, primos, cunhados etc.), não sendo raros, porém, tanto a adoção de pessoas sem laços sanguíneos, bem como o casamento “arranjado” entre parentes, mediante um processo legal que era facilmente dissolúvel no Consulado do Japão no Brasil, depois de sua chegada a este país (Cf. Suzuki, p. 188).

A formação de *kôseikazoku* “família artificial” em decorrência das leis imigratórias adotadas pelo Brasil propicia a vinda em número elevado de imigrantes com idade superior a 12 ou 15 anos, conforme a época, resultando no predomínio de *nisei* I sobre *nisei* II e III na amostra.

TABELA 1.26 — Distribuição por idade e geração.

idade	geração			Total
	<i>nisei</i> I	<i>nisei</i> II/ <i>nisei</i> III	<i>sansei</i> / <i>yonse</i> i	
até 29	20 (26,3)	15 (19,7)	41 (53,9)	76 (28,6)
30 - 39	58 (61,7)	16 (17,0)	20 (21,3)	94 (35,3)
40 - 49	63 (84,0)	5 (6,7)	7 (9,3)	75 (28,2)
50 +	20 (95,2)	1 (4,8)	0 —	21 (7,9)
Total	161 (60,5)	37 (13,9)	68 (25,6)	266 (100,0)

TABELA 1.27 — Distribuição por idade e zona de residência.

idade	residência			zona urbana	Total
	zona rural + de 10 anos	zona rural 6 a 10 anos	zona rural até 5 anos		
até 29	26 (34,2)	9 (11,8)	9 (11,8)	32 (42,1)	76 (28,6)
30 - 39	47 (50,0)	15 (15,9)	6 (6,4)	26 (27,7)	94 (35,3)
40 - 49	45 (60,0)	11 (14,7)	2 (2,7)	17 (22,7)	75 (28,2)
50 +	15 (71,4)	1 (4,8)	1 (4,8)	4 (19,0)	21 (7,9)
Total	133 (50,0)	36 (13,5)	18 (6,8)	79 (29,7)	266 (100,0)

Quanto à *zona de residência*, a grande maioria dos informantes viveram em zonas rurais (187 pessoas = 70,3%), dos quais 71,1% viveram por mais de 10 anos. Na associação da *zona de residência* à *idade*, verifica-se uma correlação inversa entre os dois fatores: a incidência dos que viveram apenas em zona urbana é maior entre os jovens (42,1% na faixa até 29 anos), diminuindo a proporção à medida que aumenta a idade; por outro lado, entre aqueles mais idosos, uma grande maioria teve uma vivência mais longa em zonas rurais (71,4% entre os de idade superior a 50 anos), diminuindo a proporção à medida que diminui a idade. Isto decorre do fato de a população japonesa haver permanecido por longo tempo eminentemente agrícola, sendo o êxodo rural um fenômeno recente (Cf. Suzuki, 1969, p. 212).

Com relação ao contato com a língua japonesa, podemos distinguir: o contato pela fala (uso na moradia, no serviço), pela leitura (de periódicos, livros ou revistas) e pela audição (rádio, televisão, música). Na medida em que a leitura exige maior adestramento da língua, vejamos como esta se associa com idade e geração.

A grande maioria não lê periódicos em japonês (86,8%), diminuindo a proporção com relação à leitura de livros ou revistas (56,0%). Entre os que lêem, 57,1% estão na faixa de idade superior a 50 anos com um decréscimo gradual conforme as faixas etárias diminuem, atingindo apenas 3,4% na faixa mais jovem. Com relação a livros e revistas não se observa esse decréscimo gradual. Atribuímos o fato à grande divulgação entre os jovens, das revistas em quadrinhos

(*manga*) que não exigem grande domínio da língua, não só porque o enredo é mais facilmente compreendido pelo auxílio das figuras, como porque os diálogos são apresentados nas formas mais simples de grafia (*hiragana* e *katakana*) ou, quando escritos em ideogramas, estes vêm com notações em *hiragana* ou *katakana*. Com respeito à *geração*, não se observa uma diferença significativa entre os que lêem textos escritos em japonês.

TABELA 1.28 — Distribuição de leitura de periódicos, livros/revistas por idade e geração.

		leitura de periódicos		leitura de rev., liv.		Total
		não lê	lê	não lê	lê	
I D A D E	até 29	73 (96,1)	3 (3,9)	40 (52,6)	36 (47,4)	76 (28,6)
	30~39	87 (92,5)	7 (7,4)	57 (60,6)	37 (39,4)	94 (35,3)
	40~49	62 (82,7)	13 (17,3)	45 (60,0)	30 (40,0)	75 (28,2)
	50 +	9 (42,8)	12 (57,1)	7 (33,3)	14 (66,7)	21 (7,9)
G E R A Ç Ã O	<u>nisei</u> I	135 (83,8)	26 (16,1)	89 (55,3)	72 (44,7)	161 (60,5)
	<u>nisei</u> II/III	35 (94,6)	2 (5,4)	23 (62,1)	14 (37,8)	37 (13,9)
	<u>sansei</u> / <u>yonsei</u>	61 (89,7)	7 (10,3)	37 (54,4)	31 (45,6)	68 (25,5)
Total		231 (86,8)	35 (13,1)	149 (56,0)	117 (44,0)	266 (100,0)

Entre aqueles que usam a língua japonesa na vida cotidiana, é maior o número dos que falam no local de serviço (64,3%) do que no de residência (57,5%). Em relação à *idade*, a tendência geral é de aumentar a proporção dos que falam o japonês à medida que aumenta a faixa etária dos informantes, ocorrendo, porém, uma inversão entre as faixas de até 29 anos (55,3%) e de 30 a 39 anos de idade (44,7%) entre aqueles que utilizam a língua japonesa em suas moradias (Cf. tab. 1.29).

Se o local de serviço oferece condições uniformes a todas as pessoas da amostra que sabem ou que devem usar o japonês, o

TABELA 1.29 — Distribuição de idade por uso do japonês no serviço e na moradia.

		jap. no serviço		jap. na moradia		Total
		não	sim	não	sim	
I D A D E	até 29	43 (56,6)	33 (43,4)	34 (44,7)	42 (55,3)	76 (28,6)
	30~39	33 (35,1)	61 (64,9)	52 (55,3)	42 (44,7)	94 (35,3)
	40~49	18 (24,0)	57 (76,0)	24 (32,0)	51 (68,0)	75 (28,2)
	50 +	1 (4,8)	20 (95,2)	3 (14,3)	18 (85,7)	21 (7,9)
Total		95 (35,7)	171 (64,3)	113 (42,5)	153 (57,5)	266 (100,0)

TABELA 1.30 — Distribuição de religião e geração.

		R E L I G I ã O			Total
		brasileira	japonesa	outras	
I D A D E	até 29	51 (67,1)	10 (13,1)	15 (19,7)	76 (28,6)
	30~39	76 (80,8)	3 (3,2)	15 (15,9)	94 (35,3)
	40~49	51 (68,0)	15 (20,0)	9 (12,0)	75 (28,2)
	50 +	12 (57,1)	8 (38,1)	1 (4,8)	21 (7,9)
G E R A Ç Ã O	<u>nisei</u> I	111 (68,9)	27 (16,8)	23 (14,3)	161 (60,5)
	<u>nisei</u> II/III	26 (70,3)	4 (10,8)	7 (18,9)	37 (13,9)
	<u>sânsei</u> / <u>yonseï</u>	53 (77,9)	5 (7,3)	10 (14,7)	68 (25,5)
Total		190 (71,4)	36 (13,5)	40 (15,0)	266 (100,0)

mesmo não se dá com relação aos locais de residência. Estes implicam terceiras pessoas (familiares, parentes, amigos) que podem oferecer ou não condições para o uso da língua. De fato, verificando como se distribuem aqueles que têm até 29 anos de idade e que falam o japonês em casa, 47,6% são solteiros e moram com pais japoneses, contra 19,0% de pessoas na faixa dos 30 a 39 anos nas mesmas condições. A grande incidência de pessoas jovens e solteiras que ainda convivem com pais japoneses, levando-as a utilizarem a língua japonesa na comunicação com os familiares, explica a inversão da proporção acima apontada, pois, uma vez casados, mesmo com descendentes, tende-se a uma aculturação lingüística cada vez maior em razão da possibilidade de uma inter-comunicação mais fácil pela língua portuguesa.

Quanto à *religião* (cf. tab. 1.30), a proporção dos que seguem a religião brasileira é sempre predominante em todas as faixas etárias e em todas as gerações. Constata-se, com relação à geração, que essa proporção aumenta à medida que avança a geração, isto é, encontramos maior número de religião brasileira entre as gerações mais recentes. Em contrapartida, correlacionando o fator *religião* à *idade*, a proporção de religião brasileira aumenta à medida que diminui a faixa etária, ocorrendo, entretanto, uma inversão entre a faixa dos 30 a 39 anos e a de até 29 anos. Verificando como se distribuem as ditas “religiões japonesas” (Budismo, Xintoísmo e as religiões novas) e “outras religiões” (Protestantismo, sincretismo ou nenhuma religião), constatamos que dentre as primeiras, predominam as religiões novas (60%) e dentre as últimas, predomina o número de pessoas que não professam nenhuma religião (73,3%).

Cumprе notar que, embora as “religiões novas” tenham origem japonesa, sua penetração na sociedade brasileira é grande em razão de suas características mediúnicas, bastante próximas das religiões mediúnicas brasileiras (Umbanda, Espiritismo etc.). Hoje as “religiões novas” congregam uma grande maioria de seguidores sem ascendência japonesa: cerca de 70 a 90%, conforme as seitas (Cf. Nakamaki, 1985).

O grande índice de pessoas mais jovens que não seguem nenhuma religião e que seguem uma “religião nova” explica, de um lado, a inversão da proporção de religião brasileira entre esta faixa de idade e a de 30 a 39 anos, e, de outro, a aculturação religiosa que se processa cada vez mais intensamente com o correr do tempo.

Assim vistas as principais variáveis sócio-culturais de nossos informantes, a amostra se caracteriza por uma maioria de pessoas do sexo masculino concentradas na faixa intermediária de idade (30

a 49 anos) e uma minoria de mulheres concentradas na faixa mais jovem de idade.

Os dados atestam a ocorrência de alguns fenômenos sociais como o êxodo rural e o processo de aculturação dos descendentes de japoneses no Brasil. De um lado, o aumento do grau de escolaridade que se observa numa proporção maior à medida que diminui a faixa etária, conjugado ao aumento gradual de pessoas que nasceram e viveram em zona urbana numa correlação direta à medida que diminui a faixa etária, configuram o êxodo rural em processo, de um lado, e a ascensão de *status* de outro.

Outrossim, destaca-se o processo de aculturação dos descendentes em dois domínios: na religião e na língua. O índice de descendentes que seguem o catolicismo é bastante elevado, constatando-se um aumento na proporção em que se seguem as gerações mais recentes e diminui a faixa etária. Na mesma perspectiva, o uso da língua japonesa é maior entre os descendentes mais idosos ou pertencentes às gerações mais antigas, traduzindo um afastamento gradativamente maior da língua dos pais ou dos avós, entre as gerações mais jovens. A partir de uma análise do comportamento lingüístico dos descendentes com relação às expressões de tratamento, pretendemos verificar como se processa a aculturação lingüística, quais as variáveis sócio-culturais relevantes nesse processo, sobre o que passamos a discorrer.

2.2.2 *Levantamento dos dados lingüísticos*

2.2.2.1 Metodologia e classificação dos dados lingüísticos

Os contextos de situação apresentados nas pesquisas do K.K.K., se eram próximos à realidade dos informantes no Japão, nem sempre condiziam com a realidade dos nossos informantes, de modo que os reformulamos tendo em conta as variáveis sociais essenciais do tratamento japonês (sexo, idade, hierarquia, oposição exterioridade/interioridade, intimidade), além do cuidado em dispor as 1ª, 2ª e 3ª pessoas no discurso.

Este é o modelo das situações e das falas que foram apresentadas em português, para serem reproduzidas em japonês ⁽³⁾.

(3) Tendo sido constatada a existência de informantes sem escolaridade no levantamento do perfil sócio-cultural, preparamos um texto em japonês onde as falas que deveriam ser por eles reproduzidas foram apresentadas na sua forma plana, isto é, sem nenhuma forma de tratamento. Por exemplo: "A" (*hanachite-no yûjin*) -*ga iku-to itteta*. *Anata-mo iku-ka* (refere-se à fala da situação I).

SITUAÇÃO I

- 1 — Os senhores vão falar com cada uma das seguintes pessoas:
 - a — seu pai
 - b — sua irmã mais velha
 - c — uma colega de serviço
 - d — um colega de serviço

- 2 — Os senhores devem passar o seguinte recado de telefone a cada uma das pessoas acima (o recado é sempre o mesmo, mudam apenas a pessoa que telefonou e a pessoa a quem será dado o recado).

1.1 — FULANO (amigo da pessoa com quem está falando) DISSE QUE VAI.

1.2 — VOCÊ TAMBÉM VAI?

SITUAÇÃO II

- 1 — Os senhores vão falar com a pessoa que lhe é imediatamente superior no trabalho (por exemplo, o chefe).

- 2 — Os senhores estão conversando com ele sobre uma pessoa que tem cargo semelhante ao dele (por exemplo, o chefe de outra seção).

2.1 — VOCÊ JÁ COMUNICOU/DISSE * A SICRANO? (a pessoa que ocupa cargo equivalente ao do seu superior imediato)

2.2 — EU JÁ TELEFONEI A SICRANO.

2.3 — SICRANO DISSE QUE VEM LOGO.

SITUAÇÃO III

- 1 — Os senhores vão falar com um cliente da empresa:
 - a — de idade mais ou menos igual à sua
 - b — mais jovem que os senhores
 - c — mais idoso que os senhores

3.1 — DESCULPE A DEMORA.

3.2 — ESSE É O SEU /DOCUMENTO/CARTÃO/*.

3.3 — VOU CHAMAR O CHEFE PARA EXPLICAR A VOCÊ.

SITUAÇÃO IV

1 — Os senhores vão falar ao telefone com seu(sua) melhor amigo(a).

4.1 — VOCÊ NÃO QUER VIR JANTAR EM CASA?

4.2 — ENCONTREI COM BELTRANO (amigo em comum dos dois) E ELE DISSE PARA IRMOS À CASA DELE.

4.3 — PAPAI MANDA LEMBRANÇAS A VOCÊ.

* Os senhores podem escolher, dentre as palavras que estão entre //, aquela que for mais fácil de utilizar.

Todas as situações prevêm o informante como emissor para verificar o uso do tratamento pelos descendentes japoneses e alguns fatores extra-lingüísticos que orientam tal uso, como segue:

1. na situação I, o fator *sexo* (pai vs. irmã, uma colega de serviço vs. um colega de serviço) e a *oposição exterioridade/interioridade* (pai, irmã vs. colegas de serviço);
2. na situação II, o fator *hierarquia* (informante vs. superior);
3. na situação III, o fator *idade* (cliente mais novo vs. cliente mais idoso);
4. na situação IV, o fator *intimidade* (o(a) melhor amigo(a)).

Temos nove interlocutores diferentes (o pai, a irmã, o colega e a colega de serviço, o chefe, três clientes de idades diferentes e o amigo) e, portanto, nove contextos de situação, onde foram estabelecidas as relações inter-individuais, com a atribuição de papéis ao informante (1ª pessoa), ao interlocutor (2ª pessoa) e a terceiros pessoas referidas no discurso.

Uma equipe de 6 pessoas, formada de alunas do Curso de Língua e Literatura Japonesa da USP e de pesquisadores do Centro de Estudos Japoneses, foi treinada para realizar as entrevistas que tiveram

lugar em salas cedidas pela empresa, para que pudéssemos obter os dados lingüísticos individualmente. Feitas as correções das falhas no preenchimento do questionário anteriormente distribuído, foram dadas as explicações gerais sobre o procedimento da entrevista. A fim de se quebrar o bloqueio que as pessoas normalmente têm por ocasião de uma entrevista e de preparar os informantes a se expressarem em japonês, esse primeiro contato foi feito, de preferência, em japonês.

Tomando-se a precaução para não predispor os 266 informantes da amostra a usos esmerados que não correspondam ao uso real do tratamento, as entrevistas foram realizadas e registradas em fitas magnéticas, no período de junho a julho de 1984 (com complementações posteriores) nos seguintes locais: sede da CAC em Jaguaré; entreposto de legumes, hortaliças e frutas no CEAGESP; entreposto da Cantareira; supermercado de Pinheiros; Distribuidora da Água Funda; Distribuidora de Pinheiros e Granja Moinho Velho (km 27 da Via Raposo Tavares).

De acordo com a pessoa a quem e por quem é atribuída uma expressão de tratamento, ela pode ser reconhecida como sendo de respeito ou de modéstia. Há, no entanto, vários graus de tratamento, desde a mais simples reverência até à mais alta demonstração de respeito que podem ser sentidos ou percebidos por quem ouve suas formas lingüísticas de expressões. A língua japonesa conta com um número limitado, porém extenso, dessas formas que podem ser combinadas de inúmeras maneiras e que, se podem ser interpretadas subjetivamente como a manifestação desta ou daquela consideração, não bastam para avaliar a correlação entre as variáveis lingüísticas e as sócio-culturais do tratamento. Diante da necessidade de se quantificar as expressões de tratamento observadas, K.K.K. procedeu à sua análise e classificação estabelecendo alguns parâmetros.

Para se estabelecer os graus de tratamento das formas registradas, K.K.K. não distinguiu as três categorias tradicionais do tratamento (*sonkeigo* “expressões de respeito”, *kenjôgo* “expressões de modéstia” e *teineigo* “expressões de polidez”), mas considerou-as em conjunto no discurso, enfocando seu grau de consideração ou de polidez *lato sensu*. Para tanto, deu-se maior atenção às formas apresentadas no final de cada discurso (Vide nota 1, p. 99) sem perder de vista a harmonia dos tratamentos apresentados, ou seja, uma forma de alta polidez só será assim considerada desde que, ou outras formas complementares que lhe sirvam de apoio estejam presentes, ou ainda, desde que não haja outras formas que se oponham a ela invalidando-a. Assim, por exemplo, discursos com *degozaimasu* (*teineigo* “expressões de polidez” mais elevada) só foram considerados da mais alta polidez desde que também apresentassem outras expressões de polidez como *masu* ou *desu*. Diante de tal perspectiva, os discursos registrados em 1972 foram classificados em cinco níveis de tratamento, numa ordem decrescente de grau de tratamento que vai do grau I (mais polido) ao grau V (menos polido).

As formas lingüísticas, embora sejam em número limitado, comportam inúmeras formas de combinações que tornam impossível medir o grau de tratamento por um critério fixo e único. Apresentamos, a seguir, as formas que serviram de critério de classificação desses graus nos discursos observados no Japão.

Grau I — foram assim classificados os discursos com:

1. *(de)gozaimasu*, exceto expressões padronizadas como *arigatô gozaimasu*;
Apesar de registrarem *degozaimasu*, se não houver nenhuma outra forma de polidez *masu* ou *desu*, passam ao grau II.
2. *desu* e *masu* conjugados;
3. *itadaku* + *masu* acompanhando *osoreirimasuga* ou *sumimasenga*;
4. *o* ~ *ninaru* combinados com *desu*, *masu*, *itadaku*, *irassharu*;
5. *o* ~ *dewanaidesuka*, *o* ~ *kudasaimasenka*.

Grau II — discursos com:

1. só *itadaku* + *masu* sem *osoreirimasuga* ou *sumimasenga*;
2. *osoreirimasuga* ou *sumimasenga* + *kudasaru*, *morau*, *yoroshii* acompanhados de *masu* ou *desu*;
3. *~te o* ~ *ninaru*, *~teorareru*, *~teirassharu*, *~teikareru* mais *desu* ou *masu*;
4. *o* ~ *ninattekudasai* (se houver, porém, outra expressão de polidez, passa ao grau I);
5. *~nasatta*, *~reru/rareru* mais *desu* ou *masu*;
6. *~tekudasaimasenka*, *mairimasu*, *o* ~ *itasu*;
7. *môshiageru* (sem outra expressão de polidez, passa para o grau III);
8. *watakushi*.

Grau III — discursos com:

1. *sumimasen* mais *kureru*, *hoshii*, *morau* acompanhado de *desu* ou *masu*;
 2. *sumimasen* mais *kudasai*;
- o* ~ *shita*, *desu*, *masu* combinados com *kudasai*, *itadakimasu*, *onegaishimasu* ou *tanomimasu*;

4. *o ~ desu, o ~ masu, o ~ kudasai, o ~ dekimasuka, o ~ negaimasu, itashimasu;*
5. apenas um *desu* ou *masu*, mas combinados com *~de, ~kedo, ~kara, ~ga;*
6. com mais de dois *masu* ou *desu*;
7. *yoroshiideshôka, dochiradeshôka.*

Grau IV — discursos com:

1. apenas um *desu* ou *masu*;
2. *kudasai, chôdai* sem *desu, masu*;
3. somente *sumimasen*;
4. *~ janaikashira, o ~ nasai, yokattara dôzo;*
5. *~reru/rareru, o ~* sem *desu* ou *masu*.

Grau V (menos polido) — discursos:

1. sem *desu* ou *masu*;
2. que começam com *sumimasenkedo, waruikedo*, mas que não apresentam *desu* ou *masu*.

Com relação às formas lingüísticas observadas no nosso levantamento (registradas em fitas magnéticas e transcritas em fichas), elas foram oralmente reproduzidas por uma pessoa da equipe para serem por nós classificadas. Em razão das diferenças do comportamento lingüístico dos entrevistados nos levantamentos feitos em Okazaki e em São Paulo, bem como dos contextos de situação apresentados, as formas lingüísticas utilizadas como critério de classificação nem sempre foram idênticas. Procuramos estabelecer um paralelo com a classificação estabelecida pelo K.K.K., como segue:

Grau I

a) formas também observadas no Japão:

1. *(de)gozaimasu*, acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*); quando não, passa ao grau II;
2. *masu* e *desu* conjugados;
3. *o ~ ninaru* combinados com *masu, desu*.

b) formas observadas apenas em São Paulo:

1. *o ~ teitadaku* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*);

2. *~saseteitadaku* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*);
3. *sumimasen + desu*, conjugado com *o ~ itashimasu*;
4. *dômo môshiwakearimasen* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*).

Grau II

a) formas observadas também no Japão:

1. *irassharu, ossharu* acompanhadas de *masu*;
2. *môshiageru*, acompanhado de *masu/desu*; sem outra expressão de polidez, passa ao grau III;
3. *o ~ tekudasai* acompanhado de outras expressões de polidez;
4. *~reru/rareru*, acompanhados de *masu* e/ou *desu*;
5. *watakushi, otaku*;
6. *mairimasu*.

b) formas observadas apenas em São Paulo:

1. *o ~ itasu* combinado com outras expressões de polidez;
2. *môshiwakearimasen* com outras expressões de polidez.

Grau III

a) formas observadas também no Japão:

1. *sumimasen. + kudasai*;
2. *itashimasu, itadakimasu, o ~ masu, o ~ desu, o ~ kudasai* sem outras expressões de polidez;
3. apenas um *desu* ou *masu*, mas combinados com *~ ga, kedo, ~ kara*;

b) formas observadas apenas em São Paulo:

1. *irasshai*;
2. *~reru/rareru + desu* ou *masu*, mas termina o discurso sem tratamento;

Grau IV

a) formas observadas também no Japão:

1. apenas um *masu* ou *desu*;
2. *kudasai, chôdai* sem *masu* ou *desu*;

3. somente *sumimasen*;
4. *~reru/rareru* sem *desu* ou *masu*;

b) forma observada apenas em São Paulo:

uso de *masu* ou *desu* em outras partes do discurso, porém terminando com *tai* ou *takunai*.

Grau V

As mesmas formas observadas também no Japão:

1. sem *desu* ou *masu*;
2. só *sumimasen* sem apresentar outras formas de polidez.

De acordo com o registro das formas lingüísticas acima arroladas, cada discurso produzido pelos informantes foi classificado em um dos 5 graus, para que cada informante fosse classificado segundo seu grau de desempenho do tratamento, conforme veremos adiante (pp. 135-136). Assim, por exemplo, o discurso **Omatase-o ita shimashi ta... Kore-wa otaku-no techô-degozaimasu**. “Chefe”-o **otaku-ni setsumeisuruyô-ni yobimasu** (referente à situação III, cujo interlocutor é um cliente de idade equivalente à do informante — informante nº 60) recebeu grau I de tratamento porque:

1. registrou a forma *degozaimasu* (relativa ao grau I);
2. registrou outras formas de tratamento que a complementam: *o ~ itashimasu, otaku* (relativos ao grau II) e a expressão de polidez *masu* no fim do discurso.

Da mesma forma, foram considerados:

Grau II:

Kaichôsan-ni hôkokusaremashita-ka. *Boku-wa mô denwa-o iremashitakedo, kaichô-wa sugu korareru* só **desu** (referente à situação II — informante nº 313), porque registrou *re + masu, re + desu* (relativos ao grau II) e outras formas complementares de tratamento como *kaichôsan* e *masu*.

Grau III:

Sachikosan-ga ashita Expo Japão-Brasil-ni ikuyô-ni natteimasuga onêsan-mo ikimasuka (referente à situação I, na fala dirigida à irmã mais velha — informante nº 93), porque registrou *masu + ga* (relativo ao grau III), além de um outro *masu*.

Grau IV:

Katôsan-ga ikutte itta. Otôsan ikimasu-ka (referente à situação I, na fala dirigida ao pai — informante nº 79) por ter registrado apenas um *masu*.

Grau V:

Anata-wa uchi-ni tabe-ni kuru? Anô, Takano-ni “encontra” shita. Watashitachi-ni Takano-no ie-ni ikuyô-ni itta. “Papai”-ga yoroshiku itta (referentes à situação IV — informante nº 90), por não ter registrado nenhuma forma de tratamento.

2.2.2.2. Análise dos dados lingüísticos

Embora os discursos tenham sido elaborados com termos de uso corrente, registrou-se um fato particular ao Brasil, que é o emprego de termos do português nos discursos em japonês, fenômeno que encontramos mesmo entre os imigrantes. A incidência maior foi em nomes (chefe, papai, documento, você, o senhor etc.), seguidos de verbos (convidar, demorar, encontrar etc., usados em combinação com o verbo *suru* “fazer”: *convidasuru*, *encontrashita*, *demorashite* etc.), com alguns poucos advérbios e preposições (também, já, para etc.).

São três as formas de interferência do português que foram registradas:

1. presença de vocábulos do português dentro da estrutura sintática japonesa (a forma mais freqüente):

Kore-ga anata-no documento-desu “este é o seu documento”

Você-mo iku-no? “você também vai?”

Paulo-ni encontrashita “encontrei com Paulo”

2. apenas a estrutura sintática é japonesa, com a quase totalidade de vocábulos do léxico português:

Chefe-ga para o senhor explicasuru “o chefe explicará ao senhor”

3. tanto a estrutura sintática, quanto a maioria dos vocábulos empregados fazem parte do sistema da língua portuguesa, com inclusão de apenas um ou outro termo japonês:

Você também iku? “você também vai?”

Dado que o nosso objetivo é analisar o emprego do tratamento japonês, tais vocábulos foram considerados apenas na medida em que se relacionam com o tratamento. Não há diferença em termos de tratamento, por exemplo, entre “*explica*”*suru* e *setsumeisuru* “expli-

car” (na forma plana, sem tratamento), pois os verbos em português não têm formas correspondentes de tratamento, a não ser perífrases ou determinados tempos verbais (futuro do pretérito, em lugar do presente). Os verbos japoneses não comportam a noção de modo ou de tempo de maneira que, ao se servirem do verbo *suru* na formação de um termo híbrido, os imigrantes empregaram a forma que, na nossa opinião, lhes era mais familiar — a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo — por ser a forma que mais comumente lhes era dirigida. Para os imigrantes, *explica* corresponde, portanto, à forma impessoal de expressar a idéia de “explicar”, havendo uma equivalência entre “*explica*”*suru* e *setmeisuru*, e assim em todas as formas verbais compostas de português + japonês. Foram, naturalmente, consideradas polidas as expressões a que se juntaram outras partículas de tratamento como em “*explica*”*sareru*, “*explica*”*shimasu* e outras.

Seguimos o mesmo critério com outros vocábulos observados, exceto *senhor* no seu emprego pronominal uma vez que, mesmo no português, constitui um pronome de tratamento. Assim, para classificar os graus de tratamento, não se levou em conta a presença ou não de vocábulos em português a não ser *senhor* que, conquanto não tivesse servido de critério principal, utilizamos como instrumento para medir o grau de tratamento de cada discurso. Assim, por exemplo, o registro de apenas um *masu* ou *desu* (“expressões de polidez”) equivale ao grupo IV; a presença de mais de uma expressão de polidez num único discurso corresponde ao grupo III. Nessa perspectiva, consideramos o registro de uma expressão de polidez conjugado ao uso de *senhor* equivalente à ocorrência de duas expressões de polidez, enquadrando tal discurso, portanto, no grupo III.

Para analisar a correlação entre as variáveis sócio-culturais e as lingüísticas, classificamos os informantes segundo o seu desempenho do tratamento (de que trataremos em seguida) em 5 grupos: primeiro grupo, de pessoas que distinguem e empregam os mais altos tratamentos, até o quinto grupo, dos que desconhecem ou que praticamente não usam o tratamento. A proporção do emprego do português aumenta à medida que decresce o uso ou a distinção do tratamento: 76,7% de informantes do primeiro grupo empregam o português, 85,4% do segundo grupo e 94,4% do terceiro, para atingir os 100% nos dois últimos grupos, isto é, todos os que têm fraco domínio do tratamento utilizam, de alguma forma (sintática ou lexicalmente), o português em seus discursos. Se considerarmos o termo *papai* como uma forma adquirida em criança e utilizada normalmente na vida cotidiana para se dirigir diretamente ao pai (situação I) ou a ele se referir em falas a pessoas íntimas (situação IV), e, portanto, já assimilado como um idioleto, houve três pessoas no primeiro grupo e dois no segundo que, quando utilizaram o português, fizeram-no através de *papai*. Subtraídos esses casos, a incidência de uso do português cai para 67% no primeiro grupo e para 81,8% no segundo.

Cumprе acrescentar que não só aumenta o número de pessoas que usam o português à medida que decresce o desempenho do tratamento, como também aumenta o número dos vocábulos em português empregados. Restrito a alguns poucos nomes (chefe, papai, você, documento, janta e senhor) e verbos (confirmar, convidar, demorar, encontrar e passear) no primeiro grupo, esse número triplica nos dois últimos grupos, onde são encontrados discursos em que apenas a estrutura frasal é japonesa, com quase a totalidade dos termos emprestados do português.

Outro fenômeno encontrado com freqüência entre os descendentes e mais difícil de ser visto no Japão foi a incapacidade de discernir o emprego de *kenjôgo* “expressões de modéstia”. A modéstia deve ser usada pelo locutor para a 1ª pessoa ou para as pessoas, coisas ou fatos do seu universo pessoal em oposição ao dos outros, mas registramos seu uso para terceiras pessoas superiores. Por exemplo: *Paulosan, Waltersan-ni hanashitekureta?* “Sr. Paulo, (você) telefonou ao sr. Walter?” (situação II, informante nº 119). O verbo auxiliar de benefício *tekureru* (*hanashitekureta*) implica que a ação é praticada *para mim*; não constitui um verbo de modéstia propriamente dito, mas conota a idéia de “alguém praticar uma ação em meu favor”. No caso, quem telefona é o superior imediato do locutor (ex: chefe), para uma terceira pessoa de mesma hierarquia (ex: chefe de outra seção), não cabendo, portanto, *tekureru* que faz com que *Paulosan* (superior) tenha telefonado, pelo emissor ou em nome do emissor (inferior), a *Waltersan*. Quando um superior pratica uma ação pelo emissor inferior, cabe a este recebê-la com reservas utilizando o auxiliar de benefício de modéstia *tekudasaru* em lugar de *tekureru*. De um modo geral, é mais complexo o uso das expressões de modéstia pois elas constituem uma forma indireta do emissor expressar o respeito por alguém, por intermédio de uma outra pessoa. Embora os descendentes do Brasil as reconheçam como uma forma respeitosa de tratamento, muitos as empregam erroneamente. O mau uso das expressões de modéstia foram computados como desvio de uso, aumentando a nota atribuída a cada discurso em 1 ponto, o que equivale a um decréscimo do grau de tratamento, como veremos a seguir. Cumprе notar que levamos em consideração não apenas o grau de tratamento utilizado (como no Japão), mas também o grau de conhecimento e discernimento do uso das formas de tratamento.

2.2.3. Associação entre as variáveis sócio-culturais e lingüísticas

Duas são as relações que a linguagem de tratamento pode ter com as variáveis sócio-culturais:

1. relação com as condições sociais ou culturais de seus usuários que concorrem para o uso do tratamento (ex.: se os homens usam melhor o tratamento do que as mulheres), que denominaremos *variáveis sócio-culturais do emissor*;

2. relação com os fatores sócio-culturais levados em consideração na atribuição de um tratamento, de acordo com o contexto em que se insere (ex.: se uma mesma pessoa distingue o tratamento a ser atribuído a homens e a mulheres), que denominaremos *variáveis contextuais do tratamento*.

Ocupar-nos-emos nesta parte do trabalho em verificar esses dois aspectos em contraste com o que se verificou no Japão, a partir da análise dos dados lingüísticos levantados, e extrair algumas conclusões sobre a interação língua e meio.

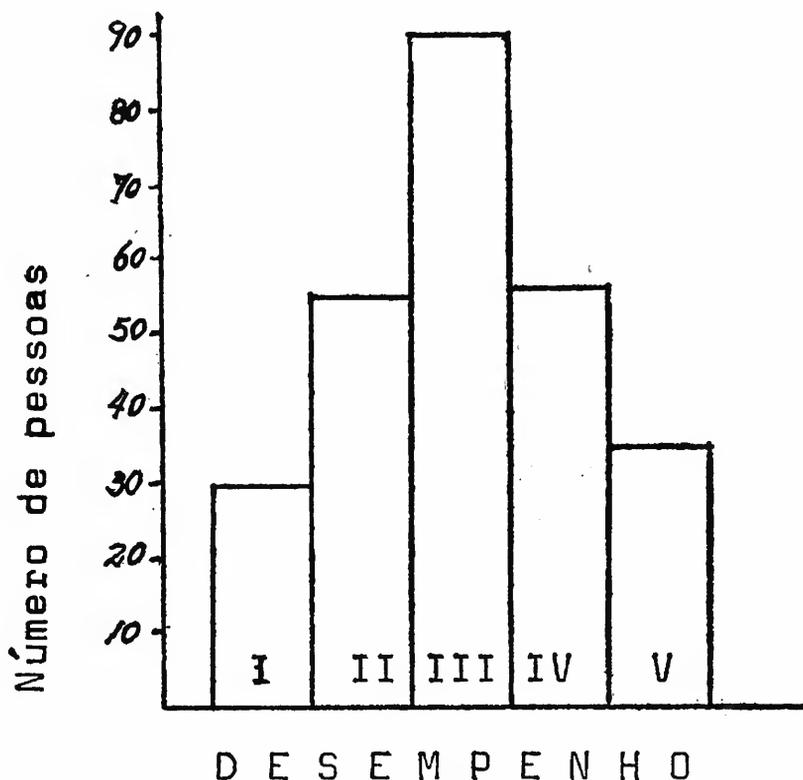
A fim de se estabelecer a associação entre as variáveis sócio-culturais e os dados lingüísticos, efetuamos uma classificação dos informantes segundo seu nível de desempenho do tratamento japonês de acordo com os valores atribuídos aos discursos de cada situação apresentada. Seguindo os critérios de que tratamos anteriormente (Vide pp. 129-131) atribuímos notas de 1 (melhor desempenho) a 5 (pior desempenho) a cada discurso ocorrido. O mínimo e o máximo de pontos previsíveis seriam, respectivamente, 9 (desde que o informante utilizasse formas do mais alto tratamento em todas as nove situações) e 45 pontos (desde que só se registrassem apenas formas sem tratamento). Os pontos totalizados, entretanto, variaram de 18 a 45 pontos⁽⁴⁾ em razão de situações que dispensam o tratamento (situação IV) ou que implicam tratamentos leves (situação I e situação III, na fala dirigida a clientes mais jovens que os informantes). De acordo com o total de pontos obtidos, os informantes foram classificados pela distribuição de frequência, em 5 grupos que assim podemos caracterizar:

1. Grupo I (30 pessoas: 18 a 22 pontos) — grupo daqueles que sabem usar tanto o tratamento do enunciado (respeito e modéstia) quanto o da enunciação (polidez); dentre os tratamentos do enunciado, utilizam o *respeito* com correção, embora nem sempre ocorra o mesmo com a *modéstia*;
2. Grupo II (55 pessoas: 23 a 29 pontos) — grupo dos que empregam algumas expressões de respeito e, mimimamente, o tratamento ao interlocutor (da enunciação) em todas as situações;
3. Grupo III (90 pessoas: 30 a 36 pontos) — grupo dos que sabem usar apenas a polidez ao interlocutor (tratamento da enunciação), embora nem sempre a empreguem;

(4) Seguindo o critério adotado pelo K.K.K., quando não pudemos obter do informante a forma lingüística relativa a determinada situação, substituímos pelo valor médio obtido por aquela situação em toda a amostra, para evitar que a atribuição da nota zero diminuísse a soma total de pontos, classificando-o num grupo de desempenho mais esmerado.

4. Grupo IV (56 pessoas: 37 a 42 pontos) — sabem usar a polidez, mas boa parte dos discursos se apresentam sem tratamento;
5. Grupo V (35 pessoas: 43 a 45 pontos) — grupo daqueles que praticamente desconhecem qualquer forma de tratamento e que apresentam, com frequência, termos e até mesmo a sintaxe do português.

FIG. 3.1 — Distribuição de frequência.



Assim classificados os informantes em cinco categorias conforme o grau de desempenho do tratamento, propomo-nos a analisar o nosso material em contraste com os resultados obtidos pelo K.K.K., associando os graus de desempenho às variáveis sócio-culturais do emissor e às variáveis contextuais do tratamento.

2.2.3.1. Variáveis sócio-culturais do emissor e o tratamento

Aplicado o teste de contingência à amostra obtida pelo K.K.K., sexo e escolaridade resultaram como os fatores que mais influem no tratamento. Contrariando a idéia corrente de que os jovens de hoje não sabem usar o tratamento, a idade resultou no fator menos significativo, embora apresente uma tendência geral a um melhor desempenho conforme aumente a faixa etária.

TABELA 3.1 — Média e distribuição de desempenho por sexo - Japão (5).

sexo	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
masculino	9 (5,4)	23 (13,8)	40 (23,9)	45 (26,9)	50 (29,9)	167 (41,7)	3,62
feminino	36 (15,4)	63 (27,0)	81 (34,8)	37 (15,9)	16 (6,9)	233 (58,2)	2,72
Total	45 (11,2)	86 (21,5)	121 (30,2)	82 (20,5)	66 (16,5)	400 (100,0)	3,09

Calculada a média dos graus de desempenho por sexo ($\bar{X} = \frac{\Sigma X}{N}$),

a média obtida pelas mulheres (2,72) é inferior à média geral (3,09), enquanto os homens apresentam uma média (3,62) superior, não só em relação às mulheres, como também à média geral. As mulheres usam mais formas de tratamento do que os homens e sua linguagem é, portanto, mais polida e mais cuidada (6).

Conforme se verifica na Fig. 3.2, os homens e as mulheres se distribuem de formas totalmente diversas. As mulheres apresentam uma curva semelhante à da totalidade da amostra, com maior concentração no grupo médio de desempenho (34,8% no grupo III) e com uma freqüência superior à média geral nos grupos mais polidos (I e II) e inferior nos grupos menos polidos (IV e V). Em contrapartida, maior freqüência de homens se verifica no grupo com o menor uso de tratamento (grupo V = 26,9%), diminuindo à medida que se eleva o grau de desempenho, até chegar a apenas 5,4% no grupo I. As mulheres são, portanto, sempre mais polidas do que os homens.

(5) Os discursos foram classificados em cinco categorias, numa ordem crescente de numeração ou notas, à medida que diminuía a carga de tratamento (discurso 1 = discurso com a maior polidez *lato sensu*, discurso 5 = discurso sem tratamento). Ao classificar os informantes por grau de desempenho pela somatória das notas atribuídas, porém, K.K.K. inverteu a ordem, que ficou: grupo I = grupo dos que apresentam o grau mais fraco de desempenho e grupo V = grupo dos que melhor usam o tratamento. Mantivemos, entretanto, a seqüência obedecida na classificação dos discursos para seguir um critério único (números menores implicam melhor desempenho), de modo que a disposição das tabelas e os números apresentados pelo K.K.K. foram corrigidos.

(6) Uma vez que nas pesquisas do Japão não foi feita a distinção entre expressões de respeito (*sonkeigo*), de modéstia (*kenjôgo*) e de polidez (*teineigo*), usaremos *polidez* no seu sentido amplo de consideração ou de atenção no tratar as pessoas. Para se referir a *teineigo*, a forma lingüística que expressa o tratamento do enunciatador ao enunciatário, traduziremos por "expressão de polidez".

FIG. 3.2 — Distribuição por grau de desempenho e sexo - Japão.

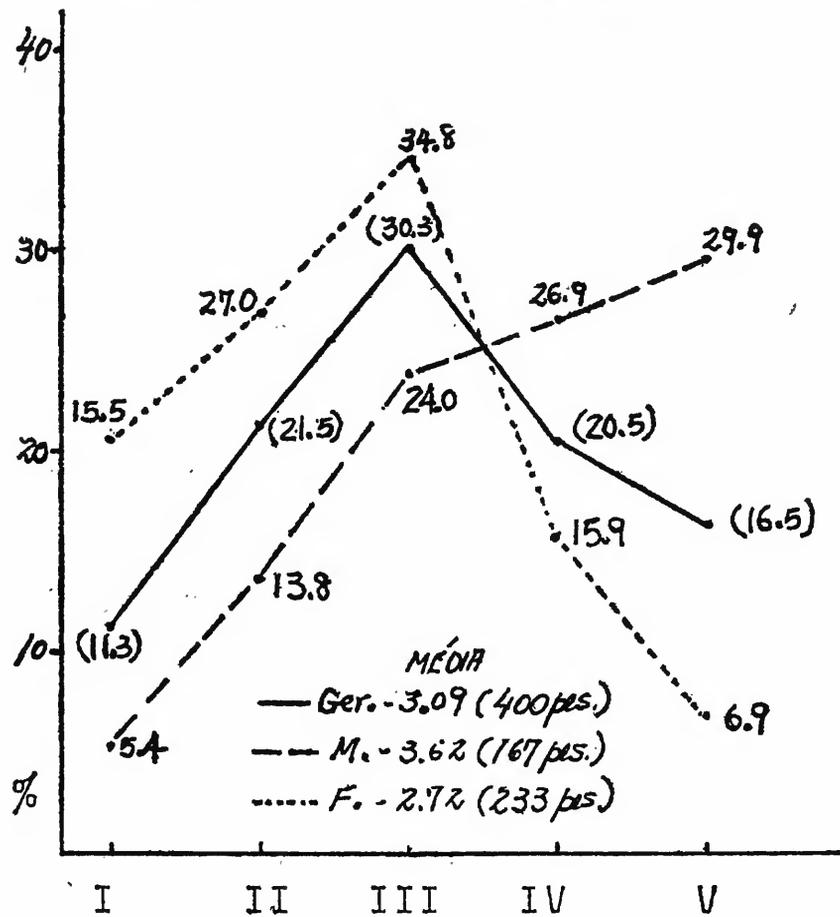


FIG. 3.3 — Distribuição por desempenho e escolaridade (homem) - Japão.

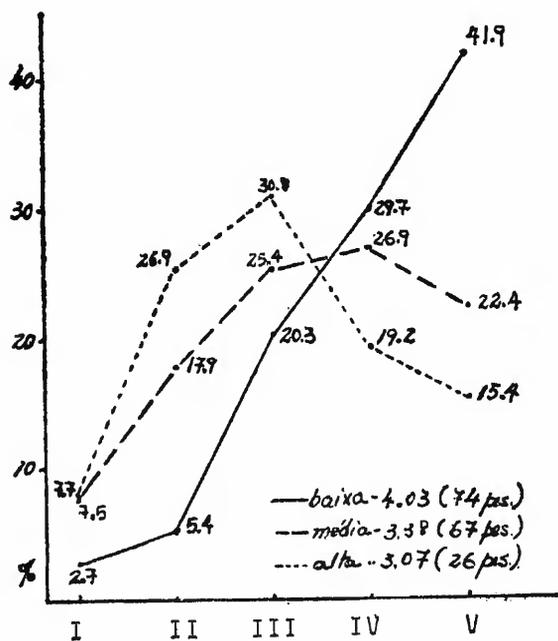


FIG. 3.4 — Distribuição por desempenho e escolaridade (mulher) - Japão.

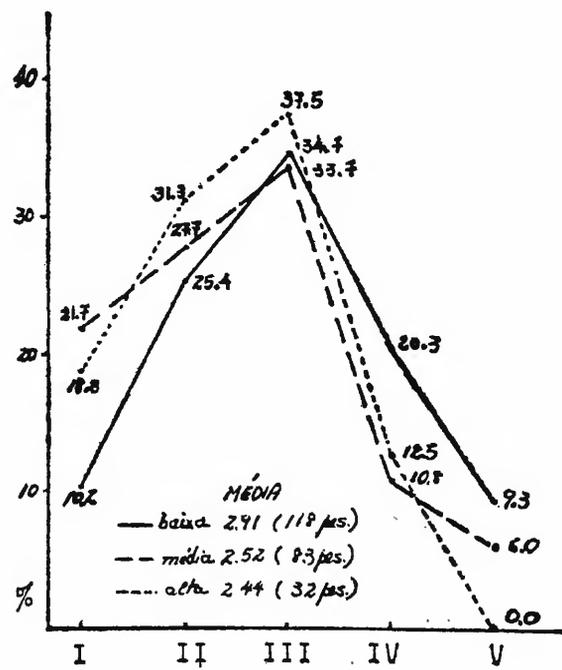


TABELA 3.2 — Média de desempenho por escolaridade e sexo - Japão.

escolaridade	s e x o		Geral
	masculino	feminino	
Baixa	4,03	2,91	3,35
Média	3,38	2,52	2,90
Alta	3,07	2,44	2,72

Em ambos os sexos, quanto maior a escolaridade, melhor é o uso do tratamento, com diferença mais acentuada entre os homens. A incidência muito reduzida de homens no grupo I (melhor desempenho: 2,7%) e muito elevado no grupo V (pior desempenho: 41,9%) influem sobremaneira na irregularidade da curva da figura 3.2. Em todos os níveis de escolaridade, as mulheres continuam sendo mais polidas em relação à média, e, os homens, sempre menos polidos.

TABELA 3.3 — Média de desempenho por faixa etária e sexo - Japão.

idade	s e x o		Geral
	masculino	feminino	
até 29	3,76	2,93	3,29
30 - 39	3,38	2,73	3,00
40 - 49	3,66	2,57	3,13
50 +	3,40	2,45	2,83

Com relação à *idade*, variável com menor grau de dependência com o bom uso do tratamento, a faixa mais jovem e a mais velha têm, respectivamente, o mais fraco e o melhor desempenho. No entanto, há uma inversão entre as faixas dos 30 a 39 anos e dos 40 e 49 anos de idade, resultando na sua distribuição anormal entre os homens. As mulheres obtiveram em todas as faixas etárias, médias melhores do que a média da amostra (3,09), confirmando os dados obtidos no tocante ao fator *sexo*, e com melhor desempenho à medida que avança a idade.

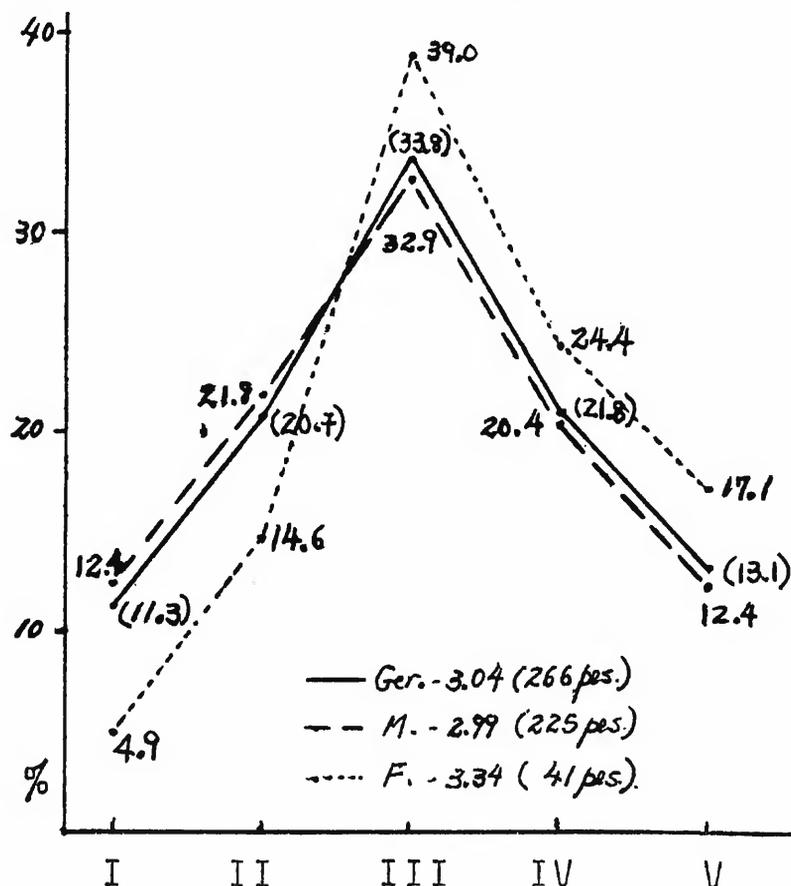
Comparando esses dados com os apresentados por nossa amostra, ao contrário do que ocorreu no Japão, os homens apresentam uma média de desempenho (2,99) inferior à média geral (3,04) e à das mulheres (3,34), isto é, utilizam melhor o tratamento do que as mulheres. No entanto, nada se pode afirmar com segurança a respeito da população de descendentes falantes da língua japonesa em

geral, uma vez que aplicado o teste de significância X^2 , sexo e grau de desempenho não resultaram variáveis dependentes. Com efeito, a amostra apresenta uma distribuição anormal de sexo, com uma grande maioria de homens (cerca de 84,6% contra 15,4% de mulheres; cf. p. 111), enquanto aumenta consideravelmente a proporção das mulheres na faixa até os 29 anos de idade (65,8% contra 21,8% de homens; cf. p. 116).

TABELA 3.4 — Distribuição e média de desempenho por sexo.

sexo	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
masculino	28 (12,4)	49 (21,8)	74 (32,9)	46 (20,4)	28 (12,4)	225 (84,6)	2,99
feminino	2 (4,9)	6 (14,6)	16 (39,0)	10 (24,4)	7 (17,1)	41 (15,4)	3,34
Total	30 (11,3)	55 (20,7)	90 (33,8)	56 (21,0)	35 (13,1)	266 (100,0)	3,04

FIG. 3.5 — Distribuição por desempenho e sexo.



Calculado o coeficiente de contingência V de Cramér, constituem variáveis dependentes do desempenho do tratamento, em ordem decrescente: *idade*, *leitura de livros e/ou revistas*, *uso do japonês* (no local de serviço, na associação e no local de moradia), *geração* e *escolaridade*. Excetuando-se as variáveis *leitura em japonês* e *uso da língua japonesa falada* — que não têm sentido de serem levantadas no Japão, uma vez que, em princípio, todos lêem e falam o japonês — e, *geração* — que só pode ser levantada junto à colônia japonesa no Brasil — *idade* e *escolaridade* figuram, respectivamente, como as variáveis mais e menos dependentes do desempenho do tratamento. Observa-se uma inversão com relação às variáveis sociais de significância verificadas no Japão, onde a *escolaridade* prevaleceu, seguindo de perto o *sexo* (o fator predominante, conforme vimos), figurando por último a *idade*.

Analisando-se essas variáveis dependentes do desempenho do tratamento, podemos destacar o que se segue.

TABELA 3.5 — Distribuição e média de desempenho por idade.

idade	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
até 29	2 (2,6)	5 (6,6)	25 (32,9)	25 (32,9)	19 (25,0)	76 (28,6)	3,71
30 - 39	6 (6,4)	23 (24,5)	34 (36,2)	18 (19,1)	13 (13,8)	94 (35,3)	3,09
40 - 49	13 (17,3)	24 (32,0)	27 (36,0)	9 (12,0)	2 (2,7)	75 (28,2)	2,51
50 +	9 (42,8)	3 (14,3)	4 (19,0)	4 (19,0)	1 (4,8)	21 (7,9)	2,28
Total	30 (11,3)	55 (20,7)	90 (33,8)	56 (21,0)	35 (13,1)	266 (100,0)	3,04

Observa-se um melhor desempenho do tratamento à medida que aumenta a idade: as pessoas até a faixa dos 39 anos discernem menos do que a média dos informantes o seu uso (médias de desempenho superior à média geral 3,04), passando a usá-lo gradativamente melhor a partir da faixa dos 40 anos. A proporção dos que distinguem e usam mais tratamentos lingüísticos (grupo I) entre as pessoas acima de 50 anos atinge um percentual bem superior (42,8%) à média deste grupo (11,3%). Em contrapartida, a concentração de pessoas que desconhecem o uso de qualquer de suas formas se dá na faixa até os 29 anos, diminuindo consideravelmente à medida que avança a idade. Observa-se, ainda, que todos os que têm mais de 50 anos de idade, bem como a quase totalidade dos que têm de 40 a 49 anos (90,7%) são *nisei*.

FIG. 3.6 — Distribuição do desempenho por idade.

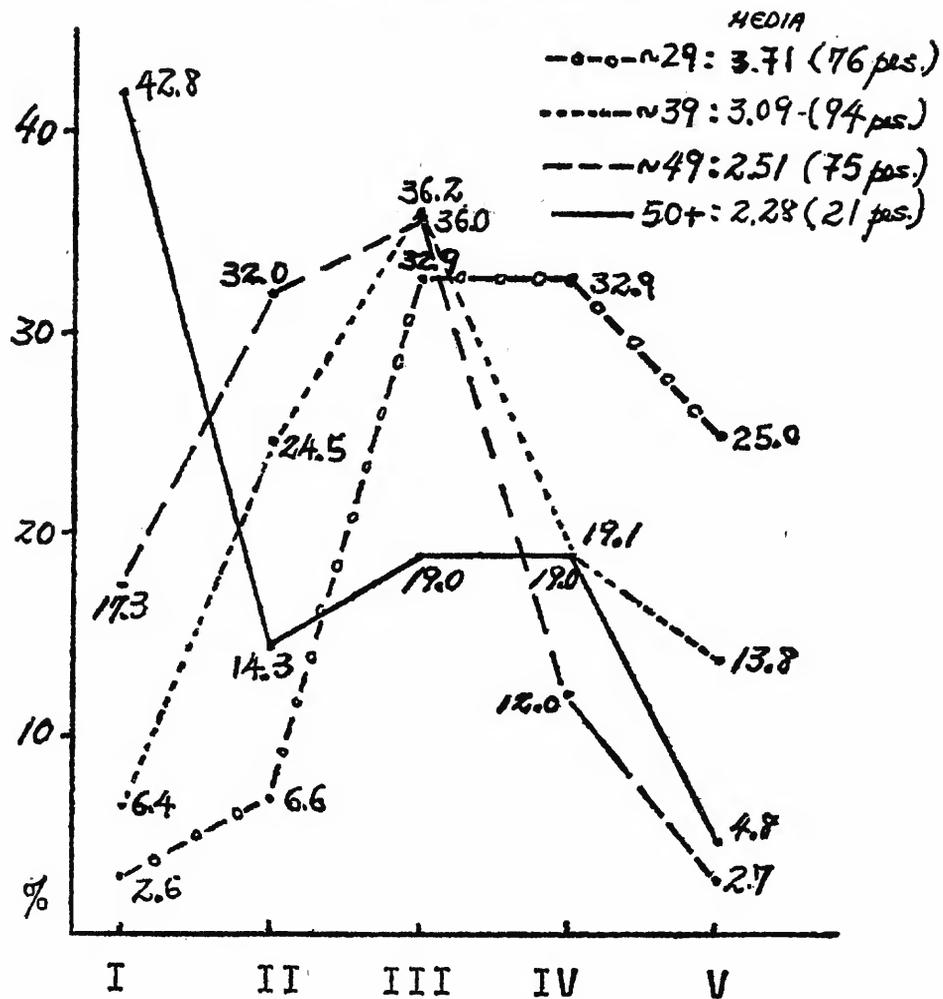


TABELA 3.6 — Distribuição e média de desempenho por leitura.

leitura	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	11 (7,4)	31 (20,8)	48 (32,2)	27 (18,1)	32 (21,5)	149 (56,0)	3,25
sim	19 (16,2)	24 (20,5)	42 (35,9)	29 (24,8)	3 (2,6)	117 (44,0)	2,77

TABELA 3.7 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês no serviço.

japonês	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	6 (6,3)	13 (13,7)	31 (32,6)	22 (23,1)	23 (24,2)	95 (35,7)	3,45
sim	24 (14,0)	42 (24,5)	59 (34,5)	34 (19,9)	12 (7,0)	171 (64,3)	2,81

TABELA 3.8 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês na associação.

japonês	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	2 (6,1)	8 (24,2)	9 (27,3)	6 (18,2)	8 (24,2)	33 (28,7)	3,30
sim	15 (18,3)	21 (25,6)	26 (31,7)	18 (21,9)	2 (2,4)	82 (71,3)	2,65
Total	17 (14,8)	29 (25,2)	35 (30,4)	24 (20,9)	10 (8,7)	115 (100,0)	2,49

TABELA 3.9 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês na moradia.

japonês	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	7 (6,2)	20 (17,7)	38 (33,6)	24 (21,2)	24 (21,2)	113 (42,5)	3,34
sim	23 (15,0)	35 (22,9)	52 (34,0)	32 (20,0)	11 (7,2)	153 (57,5)	2,92

Outro fator que surge com destaque é o contato com a língua: leitura de livros em japonês, uso do japonês no serviço e na vida associativa. Aqueles que lêem livros ou revistas em japonês apresentam uma média de desempenho melhor (2,77) do que os que não lêem (3,25), com uma proporção superior à da amostra no grupo de bom desempenho (16,2% no grupo I) e bem inferior no de fraco desempenho (2,5% no grupo V).

Com relação ao uso da língua japonesa falada, quem a utiliza cotidianamente (em casa, no local de serviço, na vida associativa de que participa) sempre sabe distinguir melhor o tratamento do que aqueles que utilizam somente o português. A média de desempenho dos que falam o japonês é inferior à média da amostra (e, portanto, têm melhor desempenho), com exceção dos que usam o japonês na associação que freqüentam, cuja média é inferior apenas em relação às pessoas que não falam o japonês. Da mesma forma, a proporção dos que falam o japonês no grupo I é sempre superior à da totalidade da amostra, como o é a proporção ds que não falam

o japonês entre os que se enquadram no grupo do mais fraco desempenho do tratamento (grupo V).

Esse quadro, conjugado ao que se observou na correlação entre *idade* e *desempenho*, confirma o fenômeno da aculturação lingüística a que nos referimos anteriormente (pp. 123-124), pois a amostra constata um melhor desempenho do tratamento à medida que aumenta a idade, e, como vimos, quanto maior a idade, maior o contato com a língua japonesa, seja na sua forma escrita, seja na falada.

TABELA 3.10 — Distribuição e média de desempenho por geração.

geração	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
nisei I	26 (16,1)	40 (24,8)	57 (35,4)	23 (14,3)	15 (9,3)	161 (60,5)	2,76
nisei II/III	2 (5,4)	7 (18,9)	13 (35,1)	9 (24,3)	6 (16,2)	37 (13,9)	3,27
sansei/yonsei	2 (2,9)	8 (11,8)	20 (29,4)	24 (35,3)	14 (20,6)	68 (25,6)	3,59

Com relação à geração, *nisei* filhos de imigrantes chegados depois da idade escolar são os únicos que têm um desempenho acima da média, decrescendo progressivamente para *nisei* II/III (cujos pais, ou um deles, tenham chegado antes da idade escolar) e *sansei/yonsei* (filhos de pais, respectivamente, *nisei* e *sansei*). Comparando as médias de desempenho obtidas em cada geração, verificamos que a diferença entre *nisei* II/III e *sansei/yonsei* é menor do que entre *nisei* I e *nisei* II/III. Estes últimos não só apresentam um comportamento do tratamento mais próximo de *sansei/yonsei*, bem como suas distribuições por faixa etária configuram-se similares (p. 119): maior concentração nas faixas mais jovens, diminuindo à medida que aumenta a idade. Vale dizer que imigrantes chegados antes da idade escolar são, culturalmente falando, mais “*nisei*” do que propriamente “*issei*”. Seus filhos nascidos e criados no Brasil são mais identificados com descendentes da terceira geração (*sansei*) do que com aqueles que convencionamos denominar *nisei* I (filhos de pais imigrados depois da idade escolar). Considerando, portanto, *nisei* II/III e *sansei/yonsei* como um grupo, sua média de desempenho perfaz 3,48 contra 2,76 de *nisei* I. Assim distintos em duas categorias, a *geração* passa a ser a variável social que, depois da *idade*, mais fortemente influi no emprego do tratamento em nossa amostra, segundo o cálculo de contingência de Cramér.

FIG. 3.7 — Distribuição do desempenho por geração.

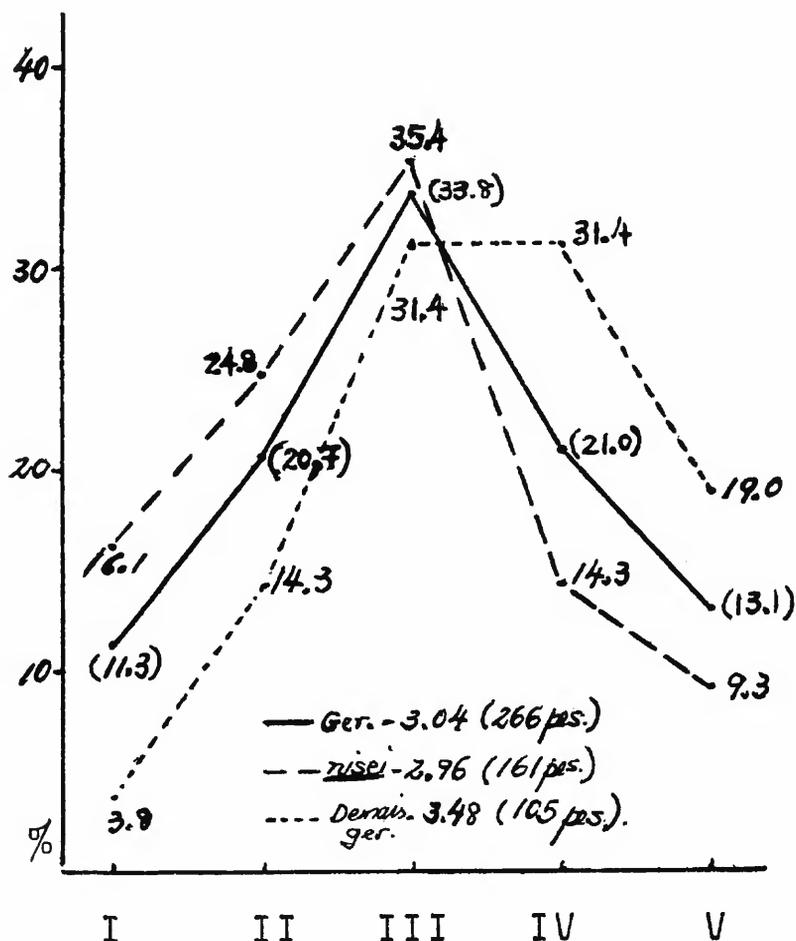


TABELA 3.11 — Distribuição e média de desempenho por escolaridade.

escolaridade	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
Baixa	12 (22,6)	14 (26,4)	18 (33,9)	7 (13,2)	2 (3,8)	53 (19,9)	2,49
Média	9 (9,9)	12 (13,2)	28 (30,7)	24 (26,3)	18 (19,8)	91 (34,2)	3,33
Alta	9 (7,4)	29 (23,8)	44 (36,0)	25 (20,5)	15 (12,3)	122 (45,9)	3,06

A escolaridade, ao contrário do que se verificou no Japão, é a variável que menos atua sobre o tratamento empregado pelos nossos informantes. Constata-se que alta escolaridade implica melhor desempenho do que a média escolaridade, mas a baixa escolaridade apresenta o melhor desempenho de todas. Afigura-se-nos que isto se deve ao fato de que a grande maioria daqueles que só têm curso

primário se encontra na faixa etária superior a 40 anos (Vide pp. 117-118) onde se concentram, como vimos, pessoas que obtiveram melhor desempenho do tratamento (Vide pp. 141).

Dentre as condições sócio-culturais dos descendentes que falam a língua japonesa figura, segundo nossa amostra, a *idade* como a variável que mais se associa com o bom uso do tratamento. Geração e idade, entretanto, estão intimamente ligadas, pois, à medida que diminui a idade, as gerações são mais recentes. E com relação ao desempenho do tratamento, a geração aparece na nossa amostra como a segunda variável mais significativa, desde que se distinga os filhos de imigrantes que chegaram ao Brasil depois da idade escolar, daqueles cujos pais, ou vieram na idade pré-escolar, ou nasceram no Brasil.

Os imigrantes que chegaram na fase pré-escolar são mais aculturados do que aqueles que vieram depois da idade escolar e seus filhos têm um comportamento lingüístico semelhante ao dos filhos de *nisei* (filhos de imigrantes nascidos no Brasil). O distanciamento da língua dos pais ou dos avós aumenta à proporção que as gerações são mais recentes, configurando uma aculturação lingüística progressiva, como aliás, se constatou no uso da língua japonesa na vida cotidiana.

A esse respeito, não só o índice de pessoas de idade mais avançada aumenta à medida que se mantém o contato com a língua japonesa, mas também as gerações mais novas usam menos o japonês no seu dia-a-dia.

Assim vistas as condições sócio-culturais dos usuários do tratamento da língua japonesa, gostaríamos de ver, em seguida, quais as variáveis contextuais, isto é, quais os fatores extra-lingüísticos referentes ao interlocutor ou às terceiras pessoas referidas no discurso que levam o falante do japonês no Brasil a fazer uso diferenciado do tratamento.

2.2.3.2. Variáveis contextuais do tratamento

Com relação às variáveis contextuais do tratamento, K.K.K. realizou apenas um levantamento de opiniões, em forma de questionário, sobre o que os informantes julgavam ser necessário considerar no contexto para usar diferentes formas de expressões. Não procederam à análise de sua efetivação pelas formas lingüísticas observadas, porque as situações de discurso apresentadas não permitiam tal enfoque, uma vez que eram independentes uma das outras e não previam, muitas vezes, um interlocutor socialmente identificável. Por exemplo: pedia-se que indicassem a um desconhecido (sem determinar a idade, o sexo, a ocupação etc.) o caminho a um determinado local ou que se reclamasse de uma caixa de supermercado (determinando apenas o sexo feminino), o troco que fora dado por engano etc.

A opinião dos informantes no Japão é que a *hierarquia social* deve ser o fator social preponderante na atribuição de um tratamento, seguindo-se-lhe a *idade* e o *sexo*. Algumas das situações de discurso

apresentadas permitiram avaliar diferenças de uso por sexo e, pelo que se pôde constatar, ao contrário das variáveis sociais do comportamento do tratamento onde o sexo do emissor é o fator preponderante, o sexo do interlocutor não implicou tratamentos diferenciados.

De nossa parte, as situações foram elaboradas tendo em vista, não só sua aproximação à realidade de nossos informantes, mas também as diferenças contextuais que poderiam influir no uso das várias formas de tratamento.

Assim, foram previstas as seguintes variáveis nas situações que apresentamos à página 125 e seguintes:

1. *sexo*: na situação I, o mesmo recado de telefone deveria ser passado a homens (pai e um colega de serviço) e para mulheres (irmã e uma colega de serviço);
2. *hierarquia social*: para verificar se a hierarquia é relevante ou não na atribuição do tratamento, na situação II, o informante tem um superior na hierarquia interna da empresa como sujeito de ação (“você telefonou” e “Sicrano disse que vem”), a quem cabe, como regra, tratar com expressões de respeito em oposição ao próprio emissor como sujeito de ação (“eu já telefonei a Sicrano”), a quem cabe expressões de modéstia;
3. *oposição interioridade/exterioridade*: além de sua inclusão na situação I (pai e irmã vs. colegas de serviço), esta oposição foi prevista na referência ao chefe do informante na situação II (interioridade) e na situação III (exterioridade); dentro do universo que é a empresa, as diferenças hierárquicas internas são mantidas e o chefe deve ser tratado com o devido respeito, mas, em relação ao mundo externo (o cliente), o mesmo chefe faz parte do universo pessoal do emissor e assim deve ser tratado com modéstia, ou minimamente, sem respeito;
4. *idade*: na situação III, os clientes são de idade inferior, equivalente ou superior ao do emissor;
5. *intimidade*: na situação IV, a intimidade do interlocutor (melhor amigo ou amiga) leva ao uso de expressões sem tratamento e, portanto, mais íntimas, em oposição aos colegas de serviço (situação I) a quem cabe expressões um pouco mais polidas.

Para a análise das variáveis sócio-culturais do emissor, apresentada anteriormente, embora não se tenha distinguido as expressões de tratamento em respeito, modéstia ou polidez, a carga global de tratamento nelas contida serviu de parâmetro para estabelecermos os graus de desempenho. Neste novo enfoque, levamos em consideração apenas as diferenças de registro das formas de tratamento independentemente do tipo de expressões de tratamento observado. Assim, por exemplo, se um dado informante utilizou expressões de polidez

à colega de serviço (*anata-mo ikimasu-ka* “você também vai?”) mas não ao colega (*anata-mo iku-no?* “você também vai?”), isto foi computado como diferença de registro por *sexo*. Da mesma forma, se foram empregadas expressões de respeito ao chefe enquanto sujeito de ação (*kachô-wa denwasaremashi taka* “o chefe (= você) telefonou?”), mas o mesmo chefe foi tratado com modéstia perante terceiras pessoas de fora do universo em que ambos se colocam (*kachô-ga setsu-me i itashi masu* “o chefe explicará (ao senhor)”), considerou-se diferença de registro por oposição *interioridade/ exterioridade*.

Computadas as diferenças de registro por situação, apenas 44,7% da amostra diferencia o tratamento de acordo com o interlocutor ou terceiras pessoas e a idade é o fator mais marcante na orientação do uso do tratamento, conforme mostram as tabelas:

TABELA 3.12 — Porcentagem dos que fizeram registro adequado do tratamento, segundo o grupo de desempenho.

nº de pessoas	d e s e m p e n h o					Total
	I	II	III	IV	V	
da amostra	30	55	90	56	35	266
com diferenças de registro	28 (93,3)	29 (52,7)	45 (50,0)	14 (25,0)	2 (5,7)	171 (44,7)

TABELA 3.13 — Distribuição das variáveis contextuais por grau de desempenho.

desempenho	v a r i á v e i s					Total
	sexo	hierarq.	idade	exterior. interioridade	intim.	
I	7 (12,5)	15 (26,8)	12 (21,4)	16 (28,6)	6 (1,1)	56 (32,5)
II	8 (19,0)	9 (21,4)	12 (28,6)	4 (9,5)	9 (21,4)	42 (24,4)
III	11 (19,0)	0 —	29 (50,0)	3 (5,2)	15 (25,9)	58 (33,7)
IV	0 —	1 (7,1)	12 (85,7)	1 (7,1)	0 —	14 (8,1)
V	0 —	0 —	2 (100,0)	0 —	0 —	2 (1,2)
Total	26 (15,1)	25 (14,5)	67 (38,9)	24 (13,9)	30 (17,4)	172 (100,0)

A quase totalidade das pessoas do grupo I de desempenho (93,3%) distingue os fatores pertinentes ao contexto, diminuindo à medida que cai o desempenho do tratamento, atingindo apenas 5,7% no grupo V (Cf. tabela 3.12). Constata-se, por outro lado, que no grupo I, prevalecem os fatores *interioridade/ exterioridade* e *hierarquia* (28,6% e 26,8%, respectivamente), seguidos da idade (21,4%). Nos demais grupos, entretanto, predomina o fator *idade*, resultando como a variável contextual subjacente à atribuição do tratamento predominante dentro do quadro geral (38,9%).

Comparado com os resultados obtidos pela pesquisa de opinião realizada pelo K.K.K., verificamos que o grupo de melhor desempenho (grupo I) considera os fatores levantados no Japão na mesma seqüência, isto é, *hierarquia* (26,8%), *idade* (21,4%) e também o *sexo* (12,5%), excluindo-se os fatores *interioridade/ exterioridade* e *intimidade*, respectivamente, os fatores mais e menos considerados por nossos informantes e que não foram cogitados no Japão.

No quadro geral, porém, inverte-se totalmente a posição, sendo a *hierarquia* e a oposição *interioridade/ exterioridade* os fatores menos considerados. Sobressai a *idade* do interlocutor ou das terceiras pessoas referidas, seguida de longe pela *intimidade*, *sexo*, *hierarquia* e *interioridade/ exterioridade*, com pequenas diferenças entre estes. Vale dizer que pessoas mais idosas são tratadas com maior respeito, bem como as pessoas que ocupam postos hierárquicos mais elevados e as que fazem parte do "outro" universo em relação ao do emissor; *intimidade*, ao contrário, leva ao uso de expressões sem tratamento, aproximando o emissor das pessoas consideradas no discurso.

As pessoas do grupo I, além de, na sua quase totalidade, discernirem as variáveis contextuais que orientam o uso de tratamentos diferenciados, a freqüência dessas variáveis obedece à seqüência constatada no Japão. Vimos, por outro lado, que o grupo I é constituído, em sua maioria, por pessoas que se encontram nas faixas etárias mais elevadas (acima de 40 anos: 73,3%). Assim, mais uma vez, pessoas mais idosas apresentam um comportamento do tratamento semelhante ao da população japonesa em geral.

Em contrapartida, à medida que decresce o desempenho do tratamento aumenta o número de pessoas mais jovens. Constata-se que os grupos de fraco desempenho do tratamento (IV e V) desconhecem ou quase desconhecem o mecanismo do fator *interioridade/ exterioridade*, bastante peculiar ao universo cultural japonês.

Excetuando-se os grupos IV e V, que raramente consideram as diferenças contextuais, as variáveis preponderantes nos grupos II e III são a *idade*, o *sexo* e a *intimidade*. Enquanto o grupo de melhor desempenho (grupo I), onde se concentram pessoas mais idosas, segue padrões de comportamento do tratamento observados no Japão, os grupos em que aumenta gradativamente a proporção de pessoas mais jovens, observam, em maior escala, valores culturais brasileiros.

Assim como no nosso meio se confere, em princípio, maiores atenções às pessoas mais idosas e às mulheres (ceder passagem, ceder

o lugar etc.), os descendentes fazem refletir tais valores no uso do tratamento da língua japonesa. Eles transpõem valores culturais subjacentes ao tratamento *lato sensu* do meio em que vivem (idade e sexo) para o tratamento de uma língua própria de outro meio. Com relação à intimidade, sua concepção difere no Japão e no Brasil. Em termos de tratamento, a intimidade tem, para nós, um valor positivo na medida em que ela traduz uma consideração afetuosa direta, aproximando as pessoas do emissor. No Japão, entretanto, a intimidade implica inserir as pessoas no seu universo pessoal e este deve ser tratado com modéstia em oposição ao universo pessoal dos outros. A intimidade, embora traduza uma consideração afetuosa, “rebaixa” as pessoas do universo exterior (tratado com respeito) ao universo interior (tratado com modéstia). Por essas razões, não encontramos com frequência, a intimidade como variável contextual do tratamento utilizado pelos japoneses, ao contrário do que se observou com os descendentes japoneses no Brasil.

Assim, enquanto gerações mais antigas, mais idosas e mais “japonesas” se encontram mais ligadas a padrões de comportamento do tratamento do Japão, gerações mais jovens, mais recentes e mais aculturadas, passam a seguir padrões de comportamento semelhantes aos do meio em que vivem, mesmo no uso diário do tratamento da língua japonesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões de tratamento da língua japonesa que, à época de seus primeiros registros (séculos VII-VIII) constituíam formas linguísticas de expressão de veneração e respeito por seres divinos e sobrenaturais, inclusive o imperador, passaram a ser meios exclusivos de manifestação de respeito a pessoas que ocupavam os postos mais elevados da hierarquia social (família imperial e alta nobreza). A partir do século XII, apesar de ainda se observar o critério geral de respeito aos superiores e de modéstia aos inferiores, as situações contextuais passam a ser consideradas e o tratamento, atribuído de acordo. Hoje, no Japão, ainda são distinguidos os usos das expressões de respeito (*sonkeigo*), de modéstia (*kenjôgo*) e de polidez (*teimeigo*), mas não se revestem mais de carga de respeito, no sentido literal da palavra, constituindo mais formas de expressões de boas maneiras, de civilidade e de boa educação do emissor, não só em tratar os outros com a devida consideração, mas também em manter a elegância de suas palavras.

Contrariando a opinião corrente de que os jovens de hoje não sabem falar bem, de que sua linguagem é grosseira, estudos efetuados pelo *Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo* constataram que o fator *idade* é o que menos influi no uso do tratamento, não havendo diferenças significativas entre as faixas mais jovens e as mais idosas. O fator mais relevante é o sexo, com as mulheres sendo sempre mais polidas do que os homens, fato que remete à noção de *dansonjohi* “preponderância

dos homens sobre as mulheres”, existente desde longa data no Japão e pela qual a mulher deve respeito ao homem. Apesar da ocidentalização que teve início há cerca de um século e meio, certos valores antigos são mantidos e, embora muito se fale da igualdade entre homens e mulheres, esses valores aparecem lingüísticamente, como na linguagem de tratamento.

Por outro lado, a língua japonesa, trazida ao Brasil pelos imigrantes há cerca de oito décadas, continuou a ser utilizada no núcleo familiar e na comunicação entre os conterrâneos dentro da comunidade que aqui formaram — a chamada “colônia japonesa”. Formada inicialmente por imigrantes oriundos de várias regiões do Japão, com seus dialetos próprios, a colônia “cria” uma *língua geral* japonesa nascida das influências mútuas que se fizeram sentir dentro da comunidade e das influências da sociedade brasileira, à medida que se integravam ao meio.

Seus filhos nascidos no Brasil receberam a herança lingüística e a cultivaram ou cultivam, em meio a um processo de integração social cada vez maior. Realizado um levantamento para verificar o processo de interação língua e meio através de um dos aspectos dessa língua — a linguagem de tratamento utilizada pelos descendentes japoneses de S. Paulo — o primeiro dado que pudemos constatar foi que apenas cerca de 30% dos descendentes da empresa escolhida como campo de pesquisa falam, de maneira fluente ou não, a língua japonesa.

Esse número, bem como as características do comportamento do tratamento apresentado pelos descendentes da amostra, indica que a aculturação lingüística se processa *pari passu* com sua integração ao meio. Com relação às variáveis sócio-culturais do usuário, que implicam melhor distinção e emprego das formas de tratamento, as pessoas menos aculturadas apresentam os melhores graus de desempenho lingüístico, do tratamento no nosso caso em particular. Da mesma forma, pessoas menos aculturadas apresentam padrões de comportamento do tratamento semelhantes aos obtidos no Japão, quando se trata de variáveis contextuais referentes ao interlocutor ou às terceiras pessoas referidas no discurso que são consideradas na atribuição do tratamento em um contexto de situação.

O fator *idade* se encontra na base das demais variáveis sócio-culturais que se associam ao desempenho do tratamento. Pessoas mais idosas, pertencentes às gerações mais antigas e, portanto, mais em contato com a colônia menos aculturada, têm maior domínio do uso do tratamento que as gerações mais jovens e mais integradas ao meio em que vivem. Da mesma forma, os descendentes cujos pais são mais “japoneses” (isto é, que imigraram depois da idade escolar) vivenciaram mais diretamente o universo cultural japonês do que aqueles que nasceram de pais já brasileiros ou “quase *nisei*” (isto é, pessoas que, embora nascidas no Japão, chegaram ao Brasil na pri-

meira infância, antes de atingirem a idade escolar). Cumpre notar ainda que descendentes mais idosos cultivam mais a tradição lingüística herdada dos pais, utilizando em maior proporção que os jovens, a língua japonesa no seu dia-a-dia.

Com referência às variáveis contextuais do tratamento, as pessoas que distinguem maior número dessas variáveis e que, ao distingui-las, fazem-no seguindo o modelo vigente no Japão, são aquelas que também têm o melhor desempenho do tratamento: pessoas mais idosas, pertencentes às gerações mais antigas, em contato maior com a língua japonesa. Em contrapartida, descendentes mais jovens, pertencentes às gerações mais recentes e com menor contato com a língua japonesa, passam a adotar os padrões culturais brasileiros para o emprego do tratamento japonês, enquanto diminui seu conhecimento de valores culturais próprios à sociedade japonesa.

A aculturação lingüística dos descendentes se manifesta também nas expressões de tratamento por eles empregadas, na medida em que a grande maioria se atém ao uso de expressões de polidez (*teineigo*) que constituem as formas mais fáceis de serem empregadas, uma vez que se leva em consideração a maneira de se enunciar um discurso, independentemente da distância ou da relação de forças existentes entre as pessoas do discurso em um determinado contexto. O uso das expressões de tratamento do enunciado implica, porém, ponderações sobre as relações inter-individuais dos contextos de situação; dentre elas, as expressões de respeito (*sonkeigo*) são mais fáceis de serem empregadas, pois se atribui a consideração diretamente à pessoa enfocada, e são as que mais se observaram depois das expressões de polidez. Já as expressões de modéstia (*kenjôgo*) apresentam uma certa dificuldade, pois, para expressar a consideração por um pessoa, é preciso atribuir o tratamento a uma outra que se oponha àquela, isto é, implicam um mecanismo mais complexo porque há que se considerar, inicialmente, a relação inter-individual estabelecida no contexto e depois, atribuir o tratamento, não diretamente à pessoa enfocada, mas indiretamente, tratando com modéstia, diminuindo ou rebaixando, as pessoas que se contrapõem à pessoa em questão.

Nessa medida, não só foram raras as ocorrências de expressões de modéstia como, quando utilizadas, o foram por pessoas que apresentaram bom nível de desempenho e, mesmo assim, com freqüentes erros de emprego.

Cumpre ainda acrescentar que a interferência do português no uso da língua japonesa pelos descendentes é um fenômeno corriqueiro, sendo mais freqüente a inclusão de vocábulos (nomes e verbos, notadamente) do léxico português na estrutura sintática japonesa. Ainda em relação ao processo de aculturação lingüística, cumpre ressaltar que aumenta não só a freqüência como também o número de termos do português utilizados à medida que diminui o conhecimento das expressões de tratamento, vale dizer, à medida que diminui a faixa etária, que as gerações mais recentes se sucedem.

Assim como os descendentes vêm se integrando cada vez mais ao meio brasileiro em consequência do êxodo rural e, *pari passu*, da ascensão de *status* progressivos, também se processa a aculturação lingüística, pressupondo o desaparecimento gradual da língua japonesa como língua materna e com ela uma transformação do comportamento do tratamento japonês no Brasil: seu mecanismo de uso, os valores extralingüísticos subjacentes à atribuição e ao emprego do tratamento, concepção do tratamento em si. A integração dos descendentes ao seu meio traduz, de um lado, um afastamento dos padrões culturais japoneses antes adquiridos ou transmitidos no lar, e de outro, a assimilação de valores sociais e culturais do meio maior em que vivem, gerando novas visões de mundo, novo pensar que se refletem na linguagem de tratamento. Temos consciência de que este trabalho poderia ser sensivelmente melhorado, ampliando o estudo para outros segmentos da "colônia japonesa" no Brasil, bem como realizando um estudo diacrônico que pudesse dar conta de todos esses aspectos, o que poderia constituir um tema fecundo para novas reflexões sobre a interação indivíduo e sociedade, língua e indivíduo, língua e sociedade.

Para finalizar, ficam aqui expressos nossos sinceros agradecimentos à CAC — à sua diretoria que tão prontamente colocou seu quadro de funcionários à nossa disposição e a seus funcionários que, sempre solícitos, nos forneceram o material que tornou possível a realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. (1970). *Quand dire c'est faire* (Paris, Seuil).
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de Linguistique Générale* (Paris, Gallimard).
(1974) *Problèmes de Linguistique Générale II* (Paris, Gallimard).
- BRIGHT, W. (s.d.) "As dimensões da Sociolingüística". In: *Sociolingüística* (Rio de Janeiro, Eldorado), pp. 17-23.
- BÜHLER, K. (1979) *Teoria del Lenguaje* (Madrid, Revista de Occidente).
- FISHMAN, J. A. (1971) *Sociolinguistique* (Paris-Bruelas, Labor Natham).
- FURUTAKE, N. (1957) *Nihon-no Shakai* "A sociedade japonesa" (Tóquio Mainichi).
- HANDA, T. (1973) "O destino da língua japonesa no Brasil". In: *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil* — org.: por H. Saito e T. Maeyama (Petrópolis, Vozes).
- HAYASHI, S. (1963) "Shokugyôgo, Kaisôgô, Semmôgo" "Linguagem profissional, linguagem classista, linguagem técnica". In: *Kokubungaku* nº 8, v. 2 (Tóquio, Gakutôsha), pp. 35-39.
- KOKURITSU KOKUGO KENKYÛJO (The National Language Research Institute) —
(1957) *Keigo-to Keigoishiki* "O Tratamento: seu Uso e sua Concepção" (Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo);
(1983) *Keigo-to Keigoishiki - Okazaki-ni Okeru 20nenmae-tono Hikaku* "O Tratamento: seu Uso e sua Concepção - em Comparação a Okazaki de 20 Anos atrás" (Tóquio, Sanseidô).
- LABOV, W. (1976) *Sociolinguistique* (Paris, Minuit).

- LEVIN, J. (1978) *Estatística Aplicada a Ciências Humanas* (São Paulo, Harbra).
- MINAMI, F. (1979) "*Kaisōsa-to Taigūhyōgen*" "Classes sociais e expressões de tratamento". In: *Gengo Seikatsu* 328 (Tóquio, Chikuma), pp. 18-27.
- MIYAJI, Y. (1981) "*Keigoshiron*" "História das expressões de tratamento". In: *Nihon-gogaku* 9 (Tóquio, Meijishoin).
- MORRIS, C. W. (1976) *Fundamentos da Teoria dos Signos* (Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca).
- MULLER, C. (1973) *Initiation aux méthodes de la statistique linguistique* (Paris, Hachette).
- NAKAMAKI, H. (1985) "A Nacionalização e a multinacionalização das Religiões Multinacionais Japonesas no Brasil". In: *Novas Religiões Japonesas no Brasil - Anuário IX* (São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros), pp. 57-98.
- NAKANE, C. (1974) *Tateshakai-no Ningen Kankei* "A Relação Humana numa Sociedade Vertical" (Tóquio, Kōdansha).
- NOGUEIRA, A. R. (1984) *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil* (São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros).
- NOMOTO, K. (1957) "*Keigo-no Tsukaiwake-no Nōryoku*" "Habilidade para distinguir o uso do tratamento". In: *Gengo Seikatsu* 70 (Tóquio, Chikuma), pp. 12-23.
(1978) "*Keigo-no Dankai*" "Graus de tratamento". In: *Nihongo Kyōiku* 35 (Tóquio, Nihon Kyōiku Gakkai), pp. 12-20.
- PAIS, C. T. (1978) "Structuration du signifié: de l'analyse conceptuelle à la lexemisation". In: *Acta Semiotica et Linguistica* v. 2, n° 1 (São Paulo, HUCITEC);
(1980) "Systèmes de Signes et Systèmes de Signification au-delà du Structuralisme". In: *Acta Semiotica et Linguistica*, v. 4 (São Paulo, Global);
(1984) *Ensaio Semiótico-Linguístico* (São Paulo, Global) 2ª ed.
- SAITO, H. (org.) (1980) "Participação, mobilidade e identidade". In: *A Presença Japonesa no Brasil* (São Paulo, Queros e Edusp).
- SEARLE, J. R. (1972) *Les Actes de Langage* (Paris, Herman).
- SUZUKI, T. (1969) *The Japanese Immigrant in Brazil - Narrative Part* (Tóquio, Univ. of Tokyo Press).
- WATANABE, M. (1971) *Kokugo Kōbunron* "Sintaxe da Língua Japonesa". (Tóquio, Haniwa Shobō).